

IOCHPE-MAXION S.A.
CNPJ 61.156.113/0001-75
NIRE 35.300.014.022
Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Prezados Senhores Acionistas,

Conforme edital de convocação e manual da assembleia divulgados nesta data, os acionistas da IOCHPE-MAXION S.A. ("Companhia") são convocados para participar da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 30 de abril de 2020, às 14:00 horas, na sede da Companhia, localizada no Município de Cruzeiro, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Othon Barcellos, nº 83, Itagaçaba, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, bem como ratificar a distribuição de dividendos; (iii) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2020; (iv) considerando a inclusão de candidatos para compor o Conselho Fiscal no boletim de voto a distância por solicitação de acionistas na forma da regulamentação aplicável, decidir sobre a instalação do Conselho Fiscal da Companhia; e (v) caso o Conselho Fiscal seja instalado, deliberar sobre: (a) fixar o número de membros a compor o Conselho Fiscal; (b) eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal; e (c) fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

Assim, apresentamos a seguir a Proposta da Administração da Companhia, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM nº 481/09"), contendo os documentos e informações pertinentes às matérias incluídas na ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária.

ÍNDICE

1. TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	3
1.1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	3
1.2. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	3
1.3. RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	10
1.4. COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA	13
2. DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, BEM COMO RATIFICAR A DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS.....	61
2.1. PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, INCLUINDO AS INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09.....	61
3. FIXAR A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020	69
3.1. PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, INCLUINDO AS INFORMAÇÕES INDICADAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.	69
4. CONSIDERANDO A INCLUSÃO DE CANDIDATOS PARA COMPOR O CONSELHO FISCAL NO BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA POR SOLICITAÇÃO DE ACIONISTAS NA FORMA DA REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL, DECIDIR SOBRE A INSTALAÇÃO DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA.....	113
5. CASO O CONSELHO FISCAL SEJA INSTALADO, DELIBERAR SOBRE O SEGUINTE.....	114
5.1. FIXAR O NÚMERO DE MEMBROS A COMPOR O CONSELHO FISCAL	114
5.2. ELEGER OS MEMBROS TITULARES E SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL.....	114
5.3. FIXAR A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL	115

Cruzeiro, 30 de março de 2020.

1. TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1.1. Relatório da administração e demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Propomos que sejam aprovados pela Assembleia Geral o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos do último exercício, bem como as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas de suas notas explicativas, os quais foram enviados à CVM, por meio do Sistema Empresas.NET em 05 de março de 2020, e publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Valor Econômico” em 06 de março de 2020, bem como encontram-se disponíveis na sede da Companhia e nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores.

Informa-se, ainda, que o Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (Formulário DFP) da Companhia relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi encaminhado à CVM pelo Sistema Empresas.NET em 05 de março de 2020, estando, igualmente, disponível na página da CVM na rede mundial de computadores.

1.2. Relatório dos auditores independentes

Apresentamos a seguir o relatório dos auditores independentes da Companhia (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes) sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o qual foi enviado à CVM, por meio do Sistema Empresas.NET em 05 de março de 2020, e publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Valor Econômico” em 06 de março de 2020, bem como encontra-se disponível na sede da Companhia e nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

*Aos Acionistas da
Iochpe Maxion S.A.*

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Iochpe-Maxion S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Avaliação sobre o reconhecimento de créditos tributários relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

Por que é um PAA?

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, por meio de sua controlada direta Maxion Wheels do Brasil Ltda., obteve o trânsito em julgado no Supremo Tribunal Federal para os processos referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, garantindo à Companhia e à referida controlada, o direito de reaverem os valores já recolhidos e não prescritos de PIS e COFINS, devidamente corrigidos monetariamente. Em função disso, foram reconhecidos créditos de PIS e COFINS em montantes relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas, os quais foram mensurados considerando julgamentos e premissas da Administração. O processo de mensuração de tais créditos envolveu um volume relevante de informações, bem como julgamentos significativos da Administração sobre a determinação dos montantes reconhecidos.

Devido à relevância dos valores envolvidos, ao julgamento significativo na determinação das premissas base para mensuração do referido ativo e ao impacto que eventuais alterações nas premissas consideradas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação do processo da Administração para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários, avaliação da documentação da decisão judicial e opiniões legais emitidas considerando os aspectos legais e tributários da legislação brasileira para entendimento do mérito e argumentação que orientou a Companhia e sua controlada sobre o reconhecimento e a mensuração do ativo reconhecido, assim como a análise dos cálculos e documentações suporte dos montantes a serem compensados, sendo que tais procedimentos foram efetuados com o suporte técnico de especialistas em tributos. Adicionalmente, em base amostral, recalculamos o montante do crédito e solicitamos documentação suporte dos itens selecionados para teste documental, assim como analisamos a estimativa de recuperação dos créditos tributários reconhecidos, bem como sua apresentação entre ativo circulante e não circulante.

As divulgações da Companhia sobre os saldos de créditos tributários reconhecidos estão apresentadas na nota explicativa nº 8.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que os saldos, assim como as respectivas divulgações quanto ao reconhecimento de créditos tributários relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo

do PIS e da COFINS, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Redução ao valor recuperável de ágio e de ativo imobilizado - "impairment"

Por que é um PAA?

A Companhia possui saldos significativos de ágios e de ativos de longo prazo registrados que podem apresentar risco de realização e, conseqüentemente, a redução de seus valores recuperáveis. O risco dá-se não somente pela relevância dos saldos, como também pelo impacto do cenário econômico local e global na determinação das premissas de crescimento e da taxa de desconto utilizada na "Análise da provisão para não realização de ativo imobilizado e de ágio", conduzida pela Companhia, e pelo alto grau de julgamento envolvido na determinação das estimativas por parte da Administração. Dessa forma, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da implementação dos controles relevantes determinados pela Administração com relação à análise do valor recuperável dos ativos, além da análise dos planos de negócios da Companhia, global e por unidade geradora de caixa, com o suporte técnico de especialistas em "valuation", quando aplicável, na avaliação e no desafio das premissas de crescimento de receita e taxa de desconto utilizadas pela Administração na "Análise da provisão para não realização de ativo imobilizado e de ágio - 'impairment'". Examinamos, também, a adequação das divulgações da Companhia com relação ao assunto.

As divulgações da Companhia sobre as práticas contábeis e os saldos estão apresentadas, respectivamente, nas notas explicativas nº 4, nº 12 e nº 13 às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados no teste de valor recuperável dos ágios e do ativo imobilizado, preparado pela Administração da Companhia, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossa análise de sensibilidade, consideramos que as avaliações, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a

procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem

inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 5 de março de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Fernando Augusto Lopes Silva

Contador

CRC nº 1 SP 250631/O-7

1.3. Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário

Apresentamos a seguir o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, que foi enviado à CVM, por meio do Sistema Empresas.NET em 05 de março de 2020, e publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Valor Econômico” em 06 de março de 2020, bem como encontra-se disponível na sede da Companhia e nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Sobre o Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário da Iochpe-Maxion S.A. (“CAE” e “Companhia”, respectivamente) é um órgão estatutário de funcionamento permanente, que foi instituído, visando a adoção das melhores práticas de governança corporativa pela Companhia, na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de dezembro de 2011, na qual foi aprovado o seu Regimento Interno, tendo a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de abril de 2012 aprovado sua previsão no Estatuto Social da Companhia.

O CAE é composto de 3 (três) membros eleitos em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de maio de 2017, tendo mandato de 10 (dez) anos a contar da referida data, nos termos do artigo 31-C da Instrução CVM nº 308/99, sendo dois membros independentes, um deles, membro do Conselho de Administração da Companhia e o outro, coordenador do CAE e especialista em contabilidade e finanças, sem exercer outra função na Companhia.

O CAE reporta-se ao Conselho de Administração, e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do CAE são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

Compete ao CAE avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria externa; supervisionar atividades de auditoria interna e controles internos e de administração de riscos da Companhia; assim como as demais atividades previstas no artigo 31-D da Instrução CVM nº 308/99 e no Regimento Interno do CAE. As avaliações e atuação do CAE baseiam-se nas suas próprias análises e nas informações recebidas da Companhia e dos auditores externos.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi a empresa responsável pelo exame e emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e pela emissão dos relatórios especiais sobre as revisões trimestrais (ITR's) do exercício de 2019.

As áreas de Auditoria Interna, Controles Internos e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia são subordinadas à Diretoria da Companhia, porém supervisionadas pelo CAE, conforme os temas da Instrução CVM nº 308/99.

Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário em 2019

O CAE reuniu-se em sessões ordinárias e extraordinárias quatorze vezes no exercício social de 2019, nas quais participaram membros da Diretoria, auditores internos e externos, além de outros membros da administração e empregados da Companhia, conforme convocados pelo CAE. O CAE também teve quatro reuniões com o Conselho de Administração, ocorridas em 11 de março, 27 de março, 28 de agosto e 27 de novembro de 2019.

Dentre os assuntos discutidos e as atividades realizadas no exercício, destacamos os seguintes:

1. acompanhamento do Plano Anual da Auditoria Interna da Companhia, sua execução, relatórios emitidos, conhecimento dos pontos levantados e das recomendações, como também as providências tomadas pela administração da Companhia, avaliação do orçamento da área de Auditoria Interna, tendo o orçamento da referida Auditoria Interna sido analisado pelo CAE e considerado suficiente para o desempenho de suas atividades;
2. discussão e avaliação das políticas de independência dos auditores independentes, conhecimento e avaliação do planejamento dos trabalhos para o exercício social de 2019, dos níveis de relevância e das áreas de risco por eles identificadas, bem como da sua satisfação na obtenção de evidências sobre as principais operações da Companhia;
3. acompanhamento do sistema de controles internos e da gestão de riscos com base nas reuniões com os auditores internos, auditores externos e diretores da Companhia;
4. acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, mediante reuniões com os administradores da Companhia e auditores independentes;
5. acompanhamento das decisões da Companhia com relação aos projetos de tecnologia da informação;
6. acompanhamento das atividades da área tributária da área corporativa da Companhia;
7. acompanhamento das atividades das áreas corporativas jurídica e legal, principalmente com relação aos processos ativos e passivos em andamento e respectivos provisionamentos, conforme aplicável;

8. revisão do “Formulário de Referência” elaborado de acordo com a Instrução CVM nº 480/09;
9. recebimento das manifestações feitas pelo canal de denúncias da Companhia e apuração das denúncias ou suspeição de violação ao Código de Ética, assim como acompanhamento das providências tomadas pela Companhia; e
10. acompanhamento do processo de troca dos auditores independentes, participando de reuniões com os potenciais auditores e ao final apresentando a sua opinião ao Conselho de Administração da Companhia.

Adicionalmente, manifestamos que não foram identificadas situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o CAE em relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Conclusão

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Iochpe-Maxion S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do referido Comitê, procederam à análise das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, acompanhadas do relatório da administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, considerando as informações prestadas pela Companhia e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, recomendar sua aprovação pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária para deliberação pelos acionistas.

São Paulo, 05 de março de 2020.

Edward Ruiz Edmilson Baraldi Luiz Antônio Corrêa Nunes Viana de Oliveira

Coordenador

1.4. Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência

Nos termos do inciso III do artigo 9º da Instrução CVM nº 481/09, as informações dispostas abaixo refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

10. Comentários dos Diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo, assim como acesso a diferentes fontes de financiamentos para executar seu plano de negócios.

Diante do atual cenário de pandemia do novo coronavírus (COVID-19), a fim de preservar a saúde de todos os colaboradores e seus familiares e combater a propagação do vírus, foram adotados protocolos estabelecidos de acordo com as orientações dos órgãos competentes de cada localidade em que a Companhia atua. Adicionalmente, as viagens nacionais e internacionais foram canceladas, as reuniões presenciais estão sendo substituídas por videoconferências, o acesso de terceiros às unidades da Companhia foi restringido e o regime de trabalho vem sendo ajustado, com o objetivo de evitar ao máximo a concentração de pessoas no mesmo ambiente.

A Companhia monitora diariamente suas unidades no Brasil e no exterior buscando adequar suas atividades em função do volume demandado por seus clientes e das exigências e recomendações emitidas pelas autoridades locais competentes. Assim, novas medidas estão sendo avaliadas e adotadas gradualmente, tais como redução de jornada, férias coletivas e/ou seletivas, variando conforme a unidade de negócio e a localidade em que está situada.

Nos últimos anos a Companhia tem concentrado esforços na contratação de dívidas de curto, médio e longo prazos com custos competitivos em moeda estrangeira em suas controladas, e também em reais no Brasil. Esta estratégia permite um melhor alinhamento de moedas entre o endividamento e a geração de caixa da Companhia.

No ano de 2019, a Companhia captou empréstimo sindicalizado no valor total de EUR 200 milhões, com taxa de Euribor (de 3 meses) + 2,75% ao ano, e com vencimento em 2024. Os recursos obtidos foram utilizados para o pagamento do empréstimo sindicalizado em Euros realizado em 2017 e parte do empréstimo sindicalizado em dólares captado em 2018.

Também em 2019, a Companhia realizou duas emissões de debêntures, a 9ª e 10ª emissões, ambas simples, não conversíveis. A 9ª emissão de debêntures totalizou R\$ 450 milhões, distribuídas em duas séries, sendo a primeira no valor total de R\$ 338,8 milhões com prazo de vencimento de cinco anos, com taxa de CDI + 0,75% ao ano, e a segunda série no valor total de R\$ 111,2 milhões com prazo de vencimento de sete anos, com taxa de CDI + 0,95% ao ano. Já a 10ª emissão de debêntures representou um valor total de R\$ 350,0 milhões, série única, com prazo de vencimento de cinco anos e com taxa de CDI +0,75% ao ano.

Em 2018 a Companhia realizou sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única no valor total de R\$ 450 milhões, objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos, nos termos da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada. As debêntures de 8ª emissão possuem vencimento de 5 anos com vencimento em março de 2023. Após o procedimento de coleta de intenções de investimento, a taxa fixada foi de CDI + 1,40% ao ano. Os recursos obtidos foram utilizados para o reperfilamento de passivos financeiros.

A Companhia captou em 2018 empréstimo sindicalizado, envolvendo dois bancos, no montante US\$ 150 milhões, com taxa de 4,00% + Libor de 6 meses, com vencimento em 2023. Os recursos foram utilizados para pré-pagamento do empréstimo sindicalizado em dólares captado em 2017.

As debêntures remanescentes da 6ª emissão de debêntures conversíveis em ações da Companhia, emitidas em 2013, foram integralmente convertidas no início de 2018 sendo a última homologação de aumento de capital realizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2018.

Em 2017, a Companhia realizou um aumento de capital social, mediante subscrição privada de ações, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração dentro do capital autorizado da Companhia, no montante de R\$ 400 milhões ao preço de emissão de R\$ 12,70 por ação, cujos recursos foram utilizados para aprimorar a estrutura de capital da Companhia. Os acionistas tiveram opção de integralizar o aumento de capital em moeda corrente ou mediante dação em pagamento de debêntures de 7ª emissão da Companhia, as quais foram emitidas em 2014.

Adicionalmente, no âmbito do aumento de capital, foram emitidos bônus de subscrição de 2ª emissão da Companhia como vantagem adicional aos subscritores das ações, na medida de 1 bônus de subscrição a cada múltiplo de 10 ações subscritas, com o preço de exercício de R\$ 12,70. Tais bônus foram subscritos por seus detentores no período em 2019.

Após o anúncio do aumento de capital, o preço de exercício dos bônus de subscrição de 1ª emissão da Companhia, emitidos como vantagem adicional às debêntures de 7ª emissão, foi alterado para R\$ 12,70 (mesmo valor do aumento de capital) durante um prazo de 60 dias, conforme características do bônus de subscrição. Após o decurso desse

prazo, os bônus não exercidos tiveram o preço de exercício restabelecido no seu valor original, ou seja, R\$ 31,25.

Ainda referente ao aumento de capital privado, o preço de conversão por ação das debêntures conversíveis de 6ª emissão, emitidas em 2013, passou a ser de R\$ 12,70 (mesmo valor do aumento de capital) durante o período de conversão, conforme escritura.

O aumento de capital, a conversão de debêntures e o exercício de bônus de subscrição geraram, entre caixa para a Companhia e amortização de dívidas, um valor de aproximadamente R\$ 570 milhões até dezembro de 2017, contribuindo para o aprimoramento da estrutura de capital da Companhia.

Em fevereiro de 2017, a Companhia realizou um empréstimo sindicalizado em Euros com vencimento de 5 anos no total de EU\$ 130 milhões ao custo de 3,60% + Euribor de 3 meses. Os recursos foram utilizados para o pagamento de dívidas de curto prazo.

No exercício de 2016, a Companhia captou empréstimo sindicalizado envolvendo sete bancos no montante de US\$ 275 milhões, com taxa média de 5,44% + Libor de 6 meses. Os recursos foram destinados para pagamentos de empréstimos de curto prazo e a liquidação total da 5ª emissão de debêntures da Companhia, emitida em 2013.

Abaixo a Companhia apresenta alguns indicadores de liquidez.

Índice de liquidez corrente:

Descrição ⁽¹⁾	Exercício		
	2019	2018	2017
Ativo Circulante	3.357.621	3.523.802	3.048.763
Passivo Circulante	2.583.618	3.261.829	3.060.854
Liquidez Corrente	1,30	1,08	1,00

(1) Valores em R\$ mil

O índice de liquidez corrente da Companhia foi calculado através divisão matemática do Ativo circulante pelo Passivo circulante.

A Companhia apresenta uma melhora na liquidez corrente nos últimos anos, relacionada principalmente ao trabalho de extensão de nossa dívida, por meio das operações sindicalizadas, conversões de debêntures conversíveis, injeção de capital em 2017 e emissões de dívidas realizadas no último ano.

Índice de liquidez seca:

Descrição ⁽¹⁾	Exercício		
	2019	2018	2017
Ativo Circulante	3.357.621	3.523.802	3.048.762
(-) Estoques	1.328.470	1.448.021	1.191.445
Ativo Circulante – Estoques	2.029.151	2.075.781	1.857.317
Passivo Circulante	2.583.618	3.261.829	3.060.854
Liquidez Seca	0,79	0,64	0,61

(1) Valores em R\$ mil

O índice de liquidez seca difere-se do índice de liquidez corrente por conta da exclusão dos estoques em relação ao cálculo anterior, por ele não apresentar liquidez compatível com as demais contas do ativo circulante. Esse índice será inevitavelmente menor do que o índice de liquidez corrente.

Índice de liquidez imediata:

Descrição ⁽¹⁾	2019	2018	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	646.137	486.903	543.331
Passivo Circulante	2.583.618	3.261.829	3.060.854
Liquidez Imediata	0,25	0,15	0,18

(1) Valores em R\$ mil

O índice de liquidez imediata é calculado através da divisão matemática do saldo de caixa e equivalente de caixa pelo total do passivo circulante. Nesse sentido, nos três últimos exercícios sociais, o caixa da Companhia não era suficiente para a liquidação de todas as obrigações de curto prazo da Companhia, porém o índice apresentou uma melhora nos últimos anos.

Vale ressaltar que para uma análise correta da liquidez da Companhia, não é aconselhável o estudo deste índice de forma isolada, mas sim à luz do setor em que a Companhia opera. Esses indicadores de liquidez não são medidas contábeis definidas pelas normas IFRS e práticas contábeis brasileiras, e a Companhia não os utiliza na sua gestão.

Não obstante, o tema liquidez sempre foi uma questão de atenção pela Companhia, a qual tomou medidas no sentido de melhorar esses índices, como os empréstimos sindicalizados, aumento de capital e novas emissões de debêntures no Brasil.

b) Estrutura de capital

As tabelas abaixo contêm a estrutura de capital da Companhia e demonstra a participação de capital de terceiros para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, considerando: (i) o patrimônio líquido como capital próprio; (ii) a soma do passivo circulante com o passivo não circulante como capital de terceiros; e (iii) a divisão dos itens “(ii)” pelo item “(i)” acima como a participação de capital de terceiros.

Descrição ⁽¹⁾	Exercício		
	2019	2018	2017
Passivo Circulante	2.583.618	3.261.829	3.060.854
Passivo Não Circulante	3.294.817	2.558.834	2.230.889
Total do Passivo	5.878.435	5.820.663	5.291.743
Patrimônio Líquido	3.496.976	3.198.527	2.630.505
Participação de Capital de Terceiros	1,68	1,82	2,01
Participação de Capital de Terceiros (%)	62,7%	64,5%	66,8%
Participação de Capital Próprio (%)	37,3%	35,5%	33,2%

(1) Valores em R\$ mil

Ressaltamos que as variações constatadas no patrimônio líquido nos últimos anos estão relacionadas à variação cambial dos investimentos no exterior. A melhora observada no exercício de 2017 e de 2018 é explicada principalmente pelo aumento de capital ocorrido em 2017 e as conversões de debêntures em 2017 e 2018.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A prática de captação de recursos e gestão de caixa é focada no balanceamento entre os recursos disponíveis em caixa, somados à geração de caixa operacional, aos recursos provenientes da contratação de financiamentos e a capacidade da Companhia em honrar com as obrigações contratadas, em diferentes cenários previstos de mercado.

Com essa política, os diretores entendem que conseguirão manter o equilíbrio econômico financeiro da Companhia, sem comprometer os seus projetos de crescimento.

O endividamento bancário bruto ao final de 2019 foi de R\$ 3.061,6 milhões, estando R\$ 648,7 milhões (21,2%) registrados no passivo circulante e R\$ 2.412,9 milhões (85,8%) registrados no passivo não circulantes. A posição de caixa ao final de 2019 foi de R\$ 646,1 milhões, sendo 41,5% em reais e 58,5% em outras moedas.

As principais linhas de endividamento da Companhia são as captações das debêntures de 8ª, 9ª e 10ª emissão de debêntures em 2018 e 2019, seguido pelo empréstimo sindicalizado em Euros captado em 2017 e refinanciado em 2019.

O endividamento bancário bruto ao final de 2018 foi de R\$ 2.813,7 milhões, estando R\$ 1.076,1 milhões (38,2%) registrados no passivo circulante e R\$ 1.737,6 milhões (61,8%) registrados no passivo não circulantes. A posição de caixa ao final de 2018 foi de R\$ 486,9 milhões, sendo 15,4% em reais e 84,6% em outras moedas.

As principais linhas de endividamento da Companhia são a captação da 8ª emissão de debêntures em 2018 seguido pelos empréstimos sindicalizados em Dólares captado em 2016 e refinanciado em 2018 seguido do empréstimo sindicalizado em Euros captado em 2017.

A Companhia encerrou o ano de 2017 com endividamento bancário bruto ao final de 2017 foi de R\$ 2.843,3 milhões, estando R\$ 1.352,5 milhões (47,6%) registrados no passivo circulante e R\$ 1.490,7 milhões (52,4%) no passivo não circulante. A posição de caixa ao final de 2017 foi de R\$ 543,3 milhões, sendo 25,1% em reais e 74,9% em outras moedas.

As principais linhas do endividamento da Companhia foram o empréstimo sindicalizado captado em Dólares em 2016, seguido pelo empréstimo sindicalizado captado em Euros em 2017. Destacamos ainda linhas de capital de giro das operações internacionais em dólares que são intencionalmente captadas e renovadas anualmente como linhas curto de prazo com o objetivo de redução do custo do endividamento.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os diretores informam que, quando necessário, a Companhia capta recursos no mercado para o financiamento de capital de giro e para seus investimentos de curto e longo prazo. Os financiamentos e empréstimos estão detalhados no item “10.1.f.” abaixo.

Em 2017, a controlada Maxion Wheels EAAP Holding GmbH captou empréstimo sindicalizado, envolvendo sete bancos, no montante de EU\$ 130 milhões com taxa de 3,60% + Euribor de 3 meses, com vencimento para fevereiro de 2022, com dois anos de carência. Os recursos desta captação foram destinados para pagamento de empréstimo de curto prazo da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo deste empréstimo era de R\$499,2 milhões (equivalente à EU\$ 125,8 milhões).

Em 2018, a companhia emitiu a 8ª emissão de debêntures simples, com taxa de CDI + 1,40%, com vencimento de 50% em 2023 e 50% 2024, no montante de R\$450 milhões. O recurso desta captação foi destinado para liquidação do empréstimo sindicalizado na

controlada Iochpe Holdings, LLC da Tranche B – US\$125 milhões. A controlada Maxion Wheels Sedalia LLC captou empréstimo sindicalizado com taxa de 4% + Libor de 6 meses, envolvendo dois bancos, no montante de US\$150 milhões, com dois anos de carência, com vencimento final em maio de 2023. O recurso deste empréstimo foi destinado para o pagamento antecipado da Tranche A no montante de US\$150 milhões.

A Companhia iniciou os investimentos na controlada Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd., e durante o ano de 2018 foi captado o montante de INR\$630 milhões destinado para investimentos e o montante INR\$300 milhões destinado para necessidade de capital de giro. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo desse empréstimo no consolidado era de R\$50 milhões (equivalente a INR\$900,7 milhões).

Em 2019, a Companhia emitiu a 9ª emissão de debêntures simples, no valor total de R\$450,0 milhões distribuídas em duas séries, sendo a primeira série no valor total de R\$338,8 milhões, com taxa de CDI + 0,75% a.a., com prazo de vencimento de quatro e cinco anos. A segunda série, no valor total de R\$111,2 milhões, com taxa de CDI + 0,95% a.a., com prazo de vencimento de cinco e seis anos. O recurso deste empréstimo foi destinado para pagamento da 7ª emissão de debêntures no montante de R\$ 152,9 milhões, liquidação de empréstimo de capital de giro nas controladas Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V. e Maxion (Nantong) Wheels Co., LTD., US\$23 milhões e CNY\$86 milhões, respectivamente. E, também para reforço de caixa da Companhia.

Em 2019, as controladas indiretas Maxion Wheels EAAP Holding GmbH, Maxion Wheels Czech s.r.o, e a controlada direta Iochpe-Maxion Austria GmbH captaram empréstimo sindicalizado, envolvendo nove bancos, no montante de EUR\$200 milhões com taxa de 2,75% a.a. + Euribor de 3 meses, com vencimento para fevereiro de 2024. Os recursos foram utilizados para pré-pagar o empréstimo sindicalizado de EUR\$130 milhões e pré-pagar USD\$90 milhões do empréstimo sindicalizado em dólares.

Em 2019, a Companhia emitiu a 10ª emissão de debêntures simples, no valor total de R\$350 milhões, de série única, com taxa de CDI + 0,75% a.a., com prazo de vencimento de 4 e 5 anos. Os recursos foram utilizados principalmente para pré-pagar o saldo remanescente de USD\$60 milhões. E, também para reforço de caixa da Companhia.

Em continuidade com os investimentos na controlada Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd, durante o ano de 2019 foi captado o montante de INR\$776 milhões destinados para investimentos e o montante de INR\$477 milhões destinados para capital de giro. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desse empréstimo no consolidado era de R\$123 milhões (equivalente a INR\$2.183 milhões).

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os diretores entendem que as principais fontes de recursos da Companhia são o caixa gerado pelas suas atividades operacionais e os empréstimos e financiamentos disponíveis no mercado.

Para a necessidade imediata de capital de giro, os diretores entendem que os financiamentos existentes e a disponibilidade de caixa da Companhia são suficientes, e quando necessário, a Companhia buscará recursos de médio e longo prazo disponíveis no mercado, tais como as linhas de crédito que têm disponíveis, seja dos bancos de varejo como dos bancos de fomento, ou poderá emitir valores mobiliários disponíveis no mercado.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

Os diretores da Companhia apresentam no quadro abaixo o montante total da dívida de qualquer natureza consolidada da Companhia, que é igual à somatória do total do Passivo circulante e do total do Passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 (em Reais):

Descrição ⁽¹⁾	2019	2018	2017
Total do Passivo Circulante	2.583.618	3.261.829	3.060.854
Total do Passivo Não Circulante	3.294.817	2.558.834	2.230.889
Montante Total de Dívida de qualquer natureza	5.878.435	5.820.663	5.291.743

(1) Valores em R\$ mil

Os diretores da Companhia, com base nas suas estratégias e no plano de negócios, entendem que a Companhia possui uma adequada estrutura de endividamento, devidamente segregada entre curto e longo prazo, para realização de suas atividades operacionais de curto prazo, bem como para atendimento ao plano de investimentos da Companhia. Os diretores da Companhia acreditam que a Companhia tem plena capacidade para obter crédito com terceiros em condições de mercado.

Abaixo, os diretores da Companhia apresentam todos os financiamentos e empréstimos consolidados da Companhia, agrupados por modalidade, em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 (em milhares de Reais):

	Indexador	Taxa anual de juros %	Última data de vencimento	Em 31 de dezembro de		
				2019	2018	2017
Moeda nacional:						
BNDES – EXIM	-	-	-	-	-	98.391
BNDES – Finame	-	-	-	-	249	353
BNDES – Finame, Finem e Automático	-	-	-	-	11.724	17.014
BNDES – Automático	-	-	-	-	386	650
FINAME – PSI	-	5,50	Dezembro de 2020	1.819	7.502	11.843
Financiamento Exportação - Compulsório	-	-	-	-	-	7.507
FINDES PRO-INVEST	-	-	-	-	3.021	8.826
FINEP	-	-	-	-	-	186
FINEP	TJLP	2,00	Junho de 2022	7.155	10.017	12.871
FINEM	-	-	-	-	-	2.324
Leasing	-	2,99	Agosto de 2020	243	1.038	1.567
Nota de Crédito à Exportação	-	-	-	-	-	5.006
Subtotal moeda nacional				9.217	33.937	166.538
Moeda estrangeira:						
Empréstimo BNDES - Dólar	-	-	-	-	15.330	16.715
Empréstimo Longo Prazo - Dólar	Libor 6m	2,38	Novembro de 2024	256.073	347.823	354.625
Empréstimo Longo Prazo - Rúpia	MCLR	0,15	Dezembro de 2024	79.369	34.990	-
Syndicate - US\$	-	-	-	-	576.802	901.007
Syndicate - Euro	Euribor 3m	2,75	Fevereiro de 2024	897.916	563.167	499.240
Crédito à exportação - Euro	-	-	-	-	1.950	3.473
Capital de Giro - Dólar	-	-	-	-	69.913	-
Capital de Giro - Dólar	Libor 3m	1,04	Novembro de 2020	165.821	159.553	56.661
Capital de Giro - Dólar	Libor 1m	1,00	Novembro de 2020	40.335	-	-
Capital de Giro - Dólar	-	-	-	-	19.429	139.286
Capital de Giro - Pesos Mexicanos	-	-	-	-	37.693	-
Capital de Giro - Renmimbi Iuan	-	-	-	-	49.560	37.424
Capital de Giro - Euro	-	1,19	Julho de 2026	265.425	248.326	223.596
Capital de Giro - Rúpia	-	6,14	Junho de 2020	15.093	30.984	25.410
Capital de Giro - Rúpia	MCLR	0,15	Novembro de 2020	43.879	15.034	-
Capital de Giro - Rand	-	-	-	-	-	859
Capital de Giro - Bath	-	4,04	Janeiro de 2020	29.338	3	19.224
Leasing - Bath	-	-	-	-	132	-
Leasing - Euro	-	4,00	Fevereiro de 2020	7	87	236
Subtotal moeda estrangeira				1.793.256	2.170.776	2.277.756
Total empréstimos e financiamentos				1.802.473	2.204.713	2.444.294
Debêntures						
Debêntures - ICVM nr. 400	-	-	-	-	-	239.432
Debêntures - ICVM nr. 400	-	-	-	-	155.769	159.550
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI	1,40	Abril de 2019	452.884	453.223	-
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI	0,80	Fevereiro de 2026	453.829	-	-
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI	0,75	Setembro de 2024	352.397	-	-
Total debêntures				1.259.110	608.992	398.982
Total empréstimos, financiamentos e debêntures				3.061.583	2.813.705	2.843.276
Passivo circulante:				659.566	1.091.381	1.370.449
Custos a amortizar				(10.869)	(15.232)	(17.905)
Total				648.697	1.076.149	1.352.544
Passivo não circulante:				2.431.065	1.761.399	1.512.910
Custos a amortizar				(18.179)	(23.843)	(22.178)
Total				2.412.886	1.737.556	1.490.732

Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia são: (i) debêntures conversíveis em ações de 6ª emissão - ICVM nº 400; (ii) debêntures simples com bônus de subscrição de 7ª emissão - ICVM nº 400; e (iii) debêntures simples de 8ª emissão - ICVM nº 476, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em série única, e suas emissões foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração. As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizados em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição, tendo amortização de juros semestral. Os detalhes são como segue:

Debêntures	Categoria	Principal na data de emissão	Data de emissão	Vencimento	Encargos financeiros	Principal em 31/12/19
6ª emissão	Conversíveis em ações	320.000	02/05/2013	01/04/2018	100% CDI + 2% a.a.	-
7ª emissão	Simple com bônus de subscrição	397.732	30/04/2014	01/04/2019	100% CDI + 2% a.a.	-
8ª emissão	Simple	450.000	26/03/2018	26/03/2023	100% CDI + 1,4% a.a.	450.000
9ª emissão	Simple Série 1	338.800	11/02/2019	11/02/2024	100% CDI + 0,75% a.a.	338.800
9ª emissão	Simple Série 2	111.200	11/02/2019	11/02/2026	100% CDI + 0,95% a.a.	111.200
10ª emissão	Simple	350.000	16/09/2019	16/09/2024	100% CDI + 0,75% a.a.	350.000

BNDES EXIM

Em 2018 e 2017, a Companhia era parte de Contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito – Linha de Financiamento BNDES EXIM Pré Embarque, Programa de Sustentação do Investimento (“PSI”), celebrados com instituições financeiras de primeira linha, cujos saldos em aberto, vencimentos finais e taxas de juros constam da tabela acima. Os recursos desses financiamentos são provenientes de repasses do BNDES e são dedicados ao financiamento da produção de bens para a exportação. Dessa forma, tais contratos contêm obrigações e restrições usuais para financiamentos com recursos do BNDES, particularmente aquelas decorrentes das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES.

A Companhia não contratou novas linhas de BNDES EXIM Pré Embarque em 2018, tendo amortizado todos os contratos existentes na data dos respectivos vencimentos, nesse mesmo ano.

FINAME PSI

A Companhia é parte em Cédula de Crédito Bancário, FINAME e PSI, cujas contra-partes são bancos de primeira linha. São indicados na tabela acima os saldos em aberto, taxas de juros e vencimentos finais. Os recursos desses financiamentos são oriundos de repasses do BNDES e dedicados à aquisição de equipamentos e, portanto, contêm obrigações e restrições usuais para operações com recursos do BNDES, particularmente aquelas decorrentes das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES. Os financiamentos estão garantidos pelos próprios bens objeto dos financiamentos.

Linha para Exportação

Financiamento à Exportação - Compulsório contratado em 2015 com a Caixa Econômica Federal. O contrato possui índices financeiros conforme descritos na seção “Condições das Debêntures”, item b). Em 31 de dezembro de 2017, o saldo era de R\$7.507. O contrato foi liquidado em setembro de 2018, na data do vencimento.

Cédula de Crédito à exportação contratado em 2015 com o Banco do Brasil, cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 era R\$5.006. O contrato foi liquidado em setembro de 2018, na data do vencimento.

Capital De Giro – Reais

A Companhia liquidou em 2017 contratos de financiamento de capital de giro, em Reais, cujo montante principal em 31 de dezembro de 2016 era de R\$100.000 mil, obtidos em 2016 com Bancos Brasileiros.

Empréstimo de Longo Prazo

A Controlada indireta da Companhia, Maxion Componentes Estructurales de Mexico S.A. de C.V (a qual foi sucedida pela Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de CV) firmou com o Itaú Unibanco S.A. New York Branch um contrato de financiamento de longo prazo no valor de principal de US\$200.000 mil, cujos valores em aberto, taxas de juros e datas de vencimento final estão indicados na tabela acima. Dentre os termos e condições deste contrato destacam-se (a) a obrigação de manutenção de dívida pari passu com futuros endividamentos da tomadora do empréstimo e dívida subordinada ou quirografária da Companhia, (b) restrições de outorga de garantias a terceiros, (c) obrigação da Companhia em manter índice de dívida líquida sobre EBITDA inferior a 5,9

em 31 de dezembro de 2012; 4,5 em 30 de junho de 2013; 4,0 em 31 de dezembro de 2013; 3,75 em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2014; 4,25 em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2015; 4,0 em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2016, 3,75 em 30 de junho de 2017; 3,50 em 31 de dezembro de 2017; 3,25 em junho de 2018 e 3,0 nas datas de medição após 31 de dezembro de 2018, e (d) restrição à alienação do controle da beneficiária e da Companhia. A Companhia é garantidora dos pagamentos devidos sob o Term Loan Agreement, e, além disso, as ações do capital da Maxion Imagusa e Ingenieria (sucédida pela Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V) foram empenhadas em garantia a este financiamento. Em setembro de 2017, o montante principal restante no total de US\$91 milhões foi refinanciado com objetivo de alonga-lo, sendo seu vencimento final em setembro de 2022, e a obrigação da Companhia em manter índice de dívida líquida sobre EBITDA sendo inferior a 3,5 em todos os semestres até o vencimento. Em novembro de 2019, o montante principal restante no total de US\$61 milhões foi refinanciando com objetivo de alonga-lo e reduzir os juros, sendo seu vencimento final em novembro de 2024, e os juros de 2,20% a.a. + libor de 6 meses.

Capital De Giro – Euro

As controladas da Companhia são partes em contratos de financiamento, para fins de capital de giro, em Euros, cujos valores em aberto, taxas de juros e vencimentos finais se encontram indicados na tabela acima. O principal contrato de financiamento foi no montante de principal de €55.000 mil, firmado pela Iochpe-Maxion Austria GmbH e o Banco Bradesco S.A. New York Branch, tendo a Companhia como garantidora (“Bradesco Loan Agreement”).

Capital De Giro – Dólar

As controladas da Companhia são partes em contratos de financiamento, para fins de capital de giro, em Dólar, cujos valores em aberto, taxas de juros e vencimentos finais se encontram indicados na tabela acima. Os principais contratos de financiamento foram no montante de principal de US\$17.000 mil, US\$24.000 mil e US\$10.000, sendo o primeiro firmado pela Maxion Wheels de México e o Banco do Brasil S.A., New York Branch, tendo a Companhia como garantidora (“Working Capital Facility Agreement”), o segundo deles firmado pela Maxion Wheels do México e o Banco Citibank, N.A., tendo a Companhia como garantidora, e o terceiro deles firmado pela Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe, SA de CV. e o Bank of America N.A.

Syndicated – US\$

Em 14 de junho de 2016, a controlada Iochpe Holdings, LLC, captou empréstimo sindicalizado, envolvendo sete bancos, no montante de US\$275.000 mil, com taxa média

de 5,44% + Libor de 6 meses, divididos em duas tranches. Tranche A – US\$150.000 mil com vencimento em junho de 2021, com dois anos de carência e recursos destinados para o resgate antecipado, totalidade das debêntures da 5ª Emissão da Companhia; e Tranche B – US\$125.000 mil, com vencimento em junho de 2019, com dois anos de carência, e recursos destinados para pagamento de empréstimos de curto-prazo da Companhia. O referido empréstimo, também possui “covenants”, os quais possuem os mesmos índices financeiros das Debêntures. Em maio de 2018, a Tranch B, foi pré-paga, com recursos da 8ª emissão de debêntures, e Tranch A, foi renegociada com objetivo de alonga-la, sendo o seu vencimento para maio de 2023. Em 2019, a Tranch A foi pré-paga, com recursos do empréstimo sindicalizado em euro e com recursos da 10ª emissão de debêntures.

Syndicated – €

Em 24 de fevereiro de 2017 a controlada Maxion Wheels EAAP Holding GmbH captou empréstimo sindicalizado, envolvendo sete bancos, no montante de €130 milhões com taxa de 3,60% + Euribor de 3 meses, com vencimento para fevereiro de 2022, com dois anos de carência. Os recursos desta captação foram destinados para pagamento de empréstimo de curto prazo da Companhia.

Em 25 de fevereiro de 2019, o empréstimo sindicalizado foi pré-pago com recursos de captação de um novo empréstimo sindicalizado em euro. A captação foi contratada nas controladas indiretas Maxion Wheels EAAP Holding GmbH, Maxion Wheels Czech s.r.o, e a controlada direta Iochpe-Maxion Austria GmbH, envolvendo nove bancos no montante de EUR\$200 milhões com taxa de 2,75% a.a. + Euribor de 3 meses, com vencimento para fevereiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo deste empréstimo era de R\$897,9 milhões (equivalente a €198,2 milhões). O referido empréstimo, também possui covenants financeiros.

Empréstimo de Longo Prazo e Capital de Giro - INR

Em setembro de 2018, a controlada indireta Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. contratou empréstimo de longo prazo e capital de giro em rúpia com taxa de MCLR (“Marginal Cost of Funds Based Lending Rate”) + 0,15% a.a., sendo o saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$123.248. Os recursos deste empréstimo destinam se ao financiamento dos investimentos da nova planta de rodas de alumínio na Índia.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

A Companhia realizou investimentos significativos para as aquisições do Grupo Galaz e da Hayes Lemmerz, ocorrida em 2012. O saldo dos empréstimos e financiamentos para pagamento dessas aquisições

representava 64% do total dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2012. Para esses investimentos, a Companhia obteve financiamentos no montante de aproximadamente US\$871,0 milhões.

Em substituição ao empréstimo ponte contratado no âmbito dos investimentos acima mencionados, a controlada indireta da Companhia, Maxion Componentes Estructurales de Mexico S.A. de C.V (a qual foi sucedida pela Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de CV) contratou uma linha de US\$200,0 milhões, no México, com prazo de 7 anos. Adicionalmente, no exercício de 2013, a Companhia realizou a sua 5ª e 6ª emissões de debêntures. A 5ª emissão, distribuída com esforços restritos nos termos da ICVM nº 476/09, teve o valor nominal total de R\$1.240,0 milhões, prazo de 9 anos, e os recursos dela decorrentes foram destinados à amortização do empréstimo ponte tomado pela lochpe Holdings, LLC, para a aquisição da totalidade do capital social da Maxion Wheels e suas subsidiárias, nos termos do “Term Loan Agreement”, datado de 26 de janeiro de 2012, sendo que esta debênture foi liquidada antecipadamente em junho de 2016, com recursos captados pela Tranche A - US\$150.000 mil do empréstimo sindicalizado, captado pela controlada lochpe Holdings, LLC, no montante de US\$275.000 mil, com taxa média de 5,44% + Libor de 6 meses, divididos em duas tranches. Tranche A – US\$150.000 mil com vencimento em junho de 2021, com dois anos de carência; e Tranche B – US\$125.000 mil, com vencimento em junho de 2019, com dois anos de carência, e recursos destinados para pagamento de empréstimos de curto-prazo da Companhia. Por meio da 6ª emissão, a Companhia emitiu debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, distribuídas publicamente, nos termos de ICVM nº 400, no valor nominal total de R\$320,0 milhões, com prazo de 5 anos, cujos recursos foram destinados à amortização da 5ª emissão. No exercício de 2014, a Companhia realizou a sua 7ª emissão de debêntures simples com bônus de subscrição, da espécie quirografária, no valor total de R\$ 400.943, emitidas nos termos da Instrução ICVM nº 400, sob o regime de garantia firme de colocação. Os recursos da 2ª série no valor de R\$ 252.018 foram destinados ao pagamento parcial das debêntures simples da 5ª emissão, ICVM nº 476, e os recursos da 1ª série no valor de R\$148.925 vieram transferidos da opção dos debenturistas da 6ª emissão, que optaram por essa troca na opção de 1 para 1. Atualmente, as debêntures possuem uma única série com as mesmas características.

Em 2017, a controlada Maxion Wheels EAAP Holding GmbH captou empréstimo sindicalizado, envolvendo sete bancos, no montante de €130 milhões com vencimento para fevereiro de 2022, com dois anos de carência. Os recursos desta captação foram destinados para pagamento de empréstimo de curto prazo da Companhia.

Em 2018, a Companhia emitiu a 8ª emissão, distribuída com esforços restritos nos termos da ICVM nº 476/09, teve o valor nominal total de R\$450,0 milhões, prazo de 5 anos, e os recursos dela decorrentes foram destinados à amortização do empréstimo sindicalizado nos Estados Unidos, Tranche B – US\$ 125 mil. Também, neste momento a Companhia, liquidou e captou US\$ 150 mil, na forma de empréstimo sindicalizado, com taxa de 4% + Libor de 6 meses, com vencimento final em maio de 2023.

Em 2019, a Companhia emitiu a 9ª emissão, distribuída com esforços restritos nos termos da ICVM nº 476/09, teve o valor nominal total de R\$450,0 milhões, prazo de 7 anos, e os recursos dela decorrentes foram destinados à amortização da 7ª emissão de debêntures, amortização de capital de giro no México e na China, USD\$23 milhões e CNY\$86 milhões respectivamente e reforço de caixa.

Em 2019, as controladas indiretas Maxion Wheels EAAP Holding GmbH, Maxion Wheels Czech s.r.o, e a controlada direta lochpe-Maxion Austria GmbH captaram empréstimo sindicalizado, envolvendo nove bancos, no montante de EUR\$200 milhões com taxa de 2,75% a.a. + Euribor de 3 meses, com vencimento para fevereiro de 2024. Os recursos foram utilizados para pré-pagar o empréstimo sindicalizado de EUR\$130 milhões e pré-pagar USD\$90 milhões do empréstimo sindicalizado em dólares.

Em 2019, a Companhia emitiu a 10ª emissão de debêntures simples, no valor total de R\$350 milhões, de série única, com taxa de CDI + 0,75% a.a., com prazo de vencimento de 4 e 5 anos. Os recursos foram utilizados principalmente para pré-pagar o saldo remanescente de USD\$60 milhões. E, também para reforço de caixa da Companhia.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Além das operações de financiamento indicadas na tabela acima, a Companhia não possui quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas;

Os diretores da Companhia informam que o montante total da dívida de qualquer natureza, definida como o total do Passivo Circulante somado ao total do Passivo Não Circulante consolidado da Companhia, não é contratualmente subordinado, ressalvada a subordinação legal decorrente das garantias reais prestadas pela Companhia aos seus credores financeiros, particularmente o Finame, e ao contrato de financiamento relativo à aquisição do Grupo Galaz. Em 31 de dezembro de 2019, do montante total da dívida de qualquer natureza consolidado da Companhia, que somava R\$5.878.435.000,00, o montante de R\$232.046.000,00 era objeto de

garantia real, preferindo, no caso de concurso universal de credores, os créditos quirografários da Companhia, que somavam na referida data o montante de R\$5.646.389.000,00.

Em 31 de dezembro de 2018, do montante total da dívida de qualquer natureza consolidado da Companhia, que somava R\$5.820.663.000,00, o montante de R\$1.481.301.000,00 era objeto de garantia real, preferindo, no caso de concurso universal de credores, os créditos quirografários da Companhia, que somavam na referida data o montante de R\$4.339.362.000,00.

Em 31 de dezembro de 2017, do montante total da dívida de qualquer natureza consolidado da Companhia, que somava R\$5.291.743.000,00, o montante de R\$1.758.096.000,00 era objeto de garantia real, preferindo, no caso de concurso universal de credores, os créditos quirografários da Companhia, que somavam na referida data o montante de R\$3.533.647.000,00.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia possui diversas operações de crédito junto a bancos de primeira linha, inclusive com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, assim como é emissora de debêntures públicas que se encontram em circulação. Essas operações contêm condições usuais de mercado e, portanto, possuem cláusulas de vencimento antecipado na hipótese de ocorrência de determinados eventos relevantes, tais como: (a) inadimplemento de obrigações financeiras da Companhia; (b) perda de licenças ou autorizações relevantes para as atividades da Companhia, (c) violação de índices financeiros resultantes do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA consolidados, calculado semestralmente, que deverá ser igual ou inferior a 3,50 vezes, em 30/12/2019; e em 30 de junho e 31 de dezembro subsequentes, (d) pedido de falência ou recuperação judicial da Companhia; (e) limite de venda de ativos; (f) distribuição de dividendos superiores aos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações ou superior aos dividendos previstos no estatuto social da Companhia, em caso de mora da Companhia; e (g) restrição à aquisição do controle da Companhia por terceiros.

A Companhia está adimplente as suas obrigações.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais utilizados

Os financiamentos já contratados estão com 100% de utilização.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DA COMPANHIA

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes às demonstrações dos resultados consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	2018	<u>Análise vertical</u>	2019	<u>Análise vertical</u>	<u>Varição 2019/2018</u>
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	9.616.299	100,0%	10.016.395	100,0%	4,2%
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(8.298.023)	-86,3%	(8.831.177)	-88,2%	6,4%
LUCRO BRUTO	1.318.276	13,7%	1.185.218	11,8%	-10,1%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas	(75.359)	-0,8%	(53.778)	-0,5%	-28,6%
Gerais e administrativas	(477.112)	-5,0%	(482.968)	-4,8%	1,2%
Honorários da administração	(17.116)	-0,2%	(19.086)	-0,2%	11,5%
Resultado de equivalência patrimonial	(14.457)	-0,2%	(23.902)	-0,2%	65,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	(32.739)	-0,3%	70.771	0,7%	-316,2%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	701.493	7,3%	676.255	6,8%	-3,6%
Receitas financeiras	14.838	0,2%	65.344	0,7%	340,4%
Despesas financeiras	(239.414)	-2,5%	(230.124)	-2,3%	-3,9%
Varição cambial, líquida	3.757	0,0%	(5.124)	-0,1%	-236,4%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	480.674	5,0%	506.351	5,3%	5,3%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	(148.043)	-1,5%	(178.240)	-1,8%	20,4%
Diferidos	(26.489)	-0,3%	93.304	0,9%	-452,2%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	306.142	3,2%	421.415	4,2%	37,7%
ATRIBUÍVEL AOS:					
Acionistas controladores	201.325	2,1%	337.435	3,4%	67,6%
Acionistas não controladores	104.817	1,1%	83.980	0,8%	-19,9%

Receita Líquida de Vendas

Os diretores informam que a receita líquida da Companhia aumentou de R\$ 9.616.299 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 10.016.3995 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, representando um crescimento de 4,2%.

Os diretores da Companhia esclarecem que o crescimento de receita observado em 2019 é relacionado principalmente ao crescimento de produção de veículos no Brasil, apesar do impacto decorrente das exportações de veículos. No mercado internacional,

observamos uma queda de produção de veículos na Europa, na América do Norte e no mercado Indiano.

A variação cambial afetou de forma positiva o resultado da Companhia em R\$ 359.744,8 mil no ano de 2019. Excluindo o efeito da variação cambial, a receita operacional líquida teria apresentado um crescimento de 0,4% em comparação a 2018.

Custos dos Produtos Vendidos

Os diretores informam que o custo dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 8.831.177 mil, o que representa um crescimento de 6,4% em relação a 2018, quando o custo dos produtos vendidos foi de R\$ 8.298.023 mil.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o custo dos produtos vendidos representou 88,2% da receita líquida de vendas, enquanto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 representaram 86,3% da receita operacional líquida consolidada da Companhia.

Lucro Bruto

Os diretores informam que o lucro bruto da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.185.218 mil, o que representa uma redução de 10,1% em relação a 2018, quando o lucro bruto foi de R\$ 1.318.276 mil.

A redução observada em 2019 é explicada principalmente pela redução de produção de veículos nos principais mercados internacionais.

Despesas Operacionais

Os diretores informam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas operacionais líquidas atingiram R\$ 485.061 mil, o que representou uma redução de 19,5% em relação a 2018, quando essas despesas foram de R\$ 602.326 mil.

A redução observada é relacionada à redução de despesas em um cenário de menor produção devido à queda de produção de veículos no mercado internacional. Adicionalmente, os diretores informam que a Companhia obteve decisões favoráveis transitadas em julgado em ações judiciais que pleiteavam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Os efeitos dessas decisões foram apurados pela Companhia e foram reconhecidos R\$ 75.023 na rubrica de "Outras receitas operacionais".

Resultado de Equivalência Patrimonial

Em 2019 o resultado de equivalência patrimonial atingiu um valor negativo R\$ 23.092 mil, uma piora em relação ao valor negativo de R\$ 14.457 mil apresentado em 2018.

Os diretores ressaltam que o resultado da equivalência patrimonial em 2019 foi impactado de forma negativa pela queda de produção no mercado argentino que afetou os resultados da Maxion Montich no período e também pelo desempenho do mercado ferroviário.

Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro

Os diretores informam que o lucro operacional antes do resultado financeiro atingiu R\$ 676.255 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o que representa uma redução de 3,6% em relação a 2018, quando o Lucro Operacional foi de R\$ 701.493 mil.

Em 2019, lucro operacional antes do resultado financeiro representou 6,8% da receita operacional líquida consolidada, enquanto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, representou 7,3% da receita operacional líquida consolidada da Companhia.

Resultado Financeiro

Os diretores informam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o resultado financeiro da Companhia (composto por receitas financeiras, despesas financeiras e variação cambial líquida) foi negativo em R\$ 169.904 mil, uma redução de 23,1% em relação ao resultado negativo de R\$ 220.819 mil ao término do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

A redução em 2018 se deve principalmente à redução em despesas com juros sobre financiamento resultante das negociações de dívida da Companhia, queda do certificado de depósito interbancário (CDI) no período e ao reconhecimento das decisões favoráveis em ações judiciais sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS que impactaram em R\$ 42.610 mil a linha de “receitas financeiras”.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os diretores informam que as despesas com imposto de renda e contribuição social atingiram o total de R\$ 84.936 mil (composto pela parcela do imposto corrente e diferido) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, uma redução de 51,3% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, no qual tais despesas atingiram R\$ 174.532 mil.

Lucro Líquido do Exercício

Os diretores informam que o lucro líquido consolidado da Companhia atingiu R\$ 421.415 mil, sendo R\$ 337.435 mil atribuível aos acionistas controladores e R\$ 83.980 aos acionistas não controladores ao término do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, representando um crescimento de 67,6% em relação ao lucro líquido atribuível aos acionistas controladores no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, quando o lucro líquido foi de R\$ 201.325 mil.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes às demonstrações dos resultados consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	2017	Análise vertical	2018	Análise vertical	Varição 2018/2017
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	7.487.940	100,0%	9.616.299	100,0%	28,4%
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(6.332.962)	-84,6%	(8.298.023)	-86,3%	31,0%
LUCRO BRUTO	1.154.978	15,4%	1.318.276	13,7%	14,1%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas	(162.157)	-2,2%	(75.359)	-0,8%	-53,5%
Gerais e administrativas	(384.406)	-5,1%	(477.112)	-5,0%	24,1%
Honorários da administração	(14.402)	-0,2%	(17.116)	-0,2%	18,8%
Resultado de equivalência patrimonial	(19.957)	-0,3%	(14.457)	-0,2%	-27,6%
Outras receitas operacionais, líquidas	(77.500)	-1,0%	(32.739)	-0,3%	-57,8%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	496.556	6,6%	701.493	7,3%	41,3%
Receitas financeiras	55.160	0,7%	14.838	0,2%	-73,1%
Despesas financeiras	(394.624)	-5,3%	(239.414)	-2,5%	-39,3%
Variação cambial, líquida	(7.744)	-0,1%	3.757	0,0%	-148,5%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	149.348	2,0%	480.674	6,4%	221,8%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	(136.828)	-1,8%	(148.043)	-1,5%	8,2%
Diferidos	67.689	0,9%	(26.489)	-0,3%	-139,1%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	80.209	1,1%	306.142	3,2%	281,7%
ATRIBUÍVEL AOS:					
Acionistas controladores	6.403	0,1%	201.325	2,1%	3044,2%
Acionistas não controladores	73.806	1,0%	104.817	1,1%	42,0%

Receita Líquida de Vendas

Os diretores informam que a receita líquida da Companhia aumentou de R\$ 7.487.940 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 9.616.299 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, representando um crescimento de 28,4%.

Os diretores da Companhia esclarecem que o crescimento de receita observado em 2018 é relacionado principalmente ao crescimento de produção de veículos no Brasil, na Europa e também pelo crescimento de veículos pesados na região do NAFTA.

A variação cambial afetou de forma positiva o resultado da Companhia em R\$ 1.059,9 milhões no ano de 2018. Excluindo o efeito da variação cambial, as vendas teriam apresentado um crescimento de 14,3% em comparação a 2017.

Custos dos Produtos Vendidos

Os diretores informam que o custo dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 8.298.023 mil, o que representa um crescimento de 31,0% em relação a 2017, quando o custo dos produtos vendidos foi de R\$ 6.332.962 mil.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o custo dos produtos vendidos representou 87,5% da receita líquida de vendas, enquanto que no exercício social findo

em 31 de dezembro de 2017 representaram 84,9% da receita operacional líquida consolidada da Companhia.

Os custos dos produtos vendidos foram impactados por uma reclassificação adotada desde 2018, de acordo com o pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15, que determina o reconhecimento do frete sobre vendas como custo do serviço prestado e não mais como despesa operacional.

Aplicando o efeito da reclassificação para o período de 2017, os custos dos produtos vendidos em relação a receita operacional líquida teriam aumentado de 86,4% em 2017 para 87,5% em 2018.

Lucro Bruto

Os diretores informam que o lucro bruto da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 1.318.276 mil, o que representa um aumento de 14,1% em relação a 2017, quando o lucro bruto foi de R\$ 1.154.978 mil.

Aplicando a mesma classificação de fretes sobre vendas, o lucro bruto em relação a receita operacional líquida teria diminuído de 13,9% em 2017 para 13,7% em 2018.

Despesas Operacionais

Os diretores informam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, as despesas operacionais líquidas atingiram R\$ 602.326 mil, o que representou uma redução de 5,7% em relação a 2017, quando essas despesas foram de R\$ 638.465 mil.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Em 2018 o resultado de equivalência patrimonial atingiu um valor negativo R\$ 14.457 mil, uma melhora de 27,6% em relação ao valor negativo de R\$ 19.957 mil apresentado em 2017.

Os diretores ressaltam que o resultado da equivalência patrimonial em 2018 foi impactado de forma negativa pela queda de produção no mercado argentino que afetou os resultados da Maxion Montich no período.

Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro

Os diretores informam que o lucro operacional antes do resultado financeiro atingiu R\$ 701.493 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o que representa um aumento de 41,3% em relação a 2017, quando o Lucro Operacional foi de R\$ 496.556 mil.

Em 2018, lucro operacional antes do resultado financeiro representou 7,3% da receita operacional líquida consolidada, enquanto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, representou 6,6% da receita operacional líquida consolidada da Companhia.

Resultado Financeiro

Os diretores informam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o resultado financeiro da Companhia (composto por receitas financeiras, despesas financeiras e variação cambial líquida) foi negativo em R\$ 220.819 mil, uma redução de 36,4% em relação ao resultado negativo de R\$ 347.208 mil ao término do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

A redução em 2018 se deve principalmente à redução em despesas com juros sobre financiamento resultante das negociações de dívida da Companhia e a queda do certificado de depósito interbancário (CDI) no período.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os diretores informam que as despesas com imposto de renda e contribuição social atingiram o total de R\$ 174.532 mil (composto pela parcela do imposto corrente e diferido) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, um aumento de 152,4% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, no qual tais despesas atingiram R\$ 69.139 mil.

Lucro Líquido do Exercício

Os diretores informam que o lucro líquido consolidado da Companhia atingiu R\$ 306.142 mil, sendo R\$ 201.325 mil para os acionistas controladores e R\$ 104.817 para os acionistas não controladores ao término do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, representando um crescimento de 281,7% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, quando o lucro líquido foi de R\$ 80.209 mil.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes às demonstrações dos resultados consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	2016	Análise vertical	2017	Análise vertical	Varição 2017/2016
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	6.816.454	100,0%	7.487.940	100,0%	9,9%
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(5.844.666)	-85,7%	(6.332.962)	-84,6%	8,4%
LUCRO BRUTO	971.788	14,3%	1.154.978	15,4%	18,9%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas	(150.931)	-2,2%	(162.157)	-2,2%	7,4%
Gerais e administrativas	(368.226)	-5,4%	(384.406)	-5,1%	4,4%
Honorários da administração	(16.147)	-0,2%	(14.402)	-0,2%	-10,8%
Resultado de equivalência patrimonial	(28.799)	-0,4%	(19.957)	-0,3%	-30,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	71.637	1,1%	(77.500)	-1,0%	-208,2%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	479.322	7,0%	496.556	6,6%	3,6%
Receitas financeiras	57.837	0,8%	55.160	0,7%	-4,6%
Despesas financeiras	(382.253)	-5,6%	(394.624)	-5,3%	3,2%
Varição cambial, líquida	(20.074)	-0,3%	(7.744)	-0,1%	-61,4%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	134.832	2,0%	149.348	2,2%	10,8%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	(112.502)	-1,7%	(136.828)	-1,8%	21,6%
Diferidos	66.800	1,0%	67.689	0,9%	1,3%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	89.130	1,3%	80.209	1,1%	-10,0%
ATRIBUÍVEL AOS:					
Acionistas controladores	21.531	0,3%	6.403	0,1%	-70,3%
Acionistas não controladores	67.599	1,0%	73.806	1,0%	9,2%

Receita Líquida de Vendas

Os diretores informam que a receita líquida da Companhia aumentou de R\$ 6.816.454 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 7.487.940 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, representando um crescimento de 9,9%.

Os diretores da Companhia esclarecem que o crescimento de receita observado em 2017 é relacionado principalmente ao crescimento de produção de veículos no Brasil, na Europa e também pelo crescimento de veículos pesados na região do NAFTA.

A variação cambial afetou de forma negativa o resultado da Companhia em R\$ 415,7 milhões no ano de 2017. Excluindo o efeito da variação cambial, as vendas teriam apresentado um crescimento de 15,9% em comparação a 2016.

Custos dos Produtos Vendidos

Os diretores informam que o custo dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 6.332.962 mil, o que representa um crescimento de 8,4% em relação a 2016, quando o custo dos produtos vendidos foi de R\$ 5.844.666 mil.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, o custo dos produtos vendidos representou 84,6% da receita líquida de vendas, enquanto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 representaram 85,7% da receita operacional líquida consolidada da Companhia.

A melhora da relação entre os custos dos produtos vendidos em relação à receita líquida deve-se principalmente as medidas de melhora de produtividade nas operações da Companhia, onde destacamos as fábricas no Brasil.

Lucro Bruto

Os diretores informam que o lucro bruto da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 1.154.978 mil, o que representa um aumento de 18,9% em relação a 2016, quando o lucro bruto foi de R\$ 971.788 mil. Em 2017 o lucro bruto apresentou uma margem bruta de 15,4%, comparada com uma margem bruta de 14,3% referente ao exercício social findo de 31 de dezembro de 2016.

Despesas Operacionais

Os diretores informam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, as despesas operacionais líquidas atingiram R\$ 638.465 mil, o que representou um crescimento de 37,7% em relação a 2016, quando essas despesas foram de R\$ 463.667 mil.

Os diretores destacam que esse crescimento é relacionado a efeitos não recorrentes nos dois períodos, sendo os principais: (i) efeito negativo referente ao valor justo das opções outorgadas aos demais acionistas da controlada em conjunto AmstedMaxion Fundição e (ii) despesas com reestruturação. No ano de 2016, o principal efeito não recorrente foi um ganho gerado com a venda de um imóvel da Companhia localizado em Guarulhos.

Desconsiderando os efeitos não recorrentes em ambos os períodos, a despesa operacional no ano de 2017 teria apresentado um crescimento de 13,3% em relação ao período anterior.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Em 2017, o resultado de equivalência patrimonial atingiu um valor negativo R\$ 19.957 mil, uma melhora de 30,7% em relação ao valor negativo de R\$ 28.799 mil apresentado em 2016.

Os diretores ressaltam que o resultado da equivalência patrimonial em 2017 foi impactado de forma negativa por um evento não recorrente e sem efeito no fluxo de caixa, relacionado à capitalização das *joint ventures* da AmstedMaxion pela já acionista Greenbrier do Brasil Participações Ltda. Desconsiderando o efeito não recorrente, o resultado da equivalência patrimonial representaria uma melhora de 109,0% em 2017 em relação a 2016.

Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro

Os diretores informam que o lucro operacional antes do resultado financeiro atingiu R\$ 496.556 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, o que representa um aumento de 3,6% em relação a 2016, quando o Lucro Operacional foi de R\$ 479.322 mil.

Em 2017, lucro operacional antes do resultado financeiro representou 6,6% da receita operacional líquida consolidada, enquanto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, representou 7,0% da receita operacional líquida consolidada da Companhia.

Desconsiderando os efeitos não recorrentes de ambos os períodos mencionados nos itens acima, o lucro operacional teria sido de R\$ 547.728 em 2017, com crescimento de 35,4% em relação ao ano anterior. A participação do lucro operacional em relação à receita operacional líquida, teria aumentado de 5,9% em 2016 para 7,3% em 2017.

Resultado Financeiro

Os diretores informam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, o resultado financeiro da Companhia (composto por receitas financeiras, despesas financeiras e variação cambial líquida) foi negativo em R\$ 347.208 mil, um aumento de 0,8% em relação ao resultado negativo de R\$ 344.490 mil ao término do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Os diretores da Companhia informam que a piora do resultado financeiro é explicado principalmente pelo ajuste contábil, não caixa, proveniente da variação do valor justo dos bônus de subscrição relativos às debêntures simples da 7ª emissão, e principalmente da opção contida nas debêntures conversíveis da 6ª emissão. Excluindo-se tal ajuste, o resultado financeiro representaria um valor negativo de R\$ 226.000 mil, uma redução de 35,1% em relação ao ano anterior.

A redução em 2017 se deve principalmente à redução em despesas com juros sobre financiamento resultante das negociações de dívida da Companhia e a queda do certificado de depósito interbancário (CDI) no período.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os diretores informam que as despesas com imposto de renda e contribuição social atingiram o total de R\$ 69.139 mil (composto pela parcela do imposto corrente e diferido) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, um aumento de 51,3% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, no qual tais despesas atingiram R\$ 45.702 mil.

Lucro Líquido do Exercício

Os diretores informam que o lucro líquido consolidado da Companhia atingiu R\$ 80.209 mil, sendo R\$ 6.403 mil para os acionistas controladores e R\$ 73.806 para os acionistas não controladores ao término do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de 10,0% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, quando o lucro líquido foi de R\$ 89.130 mil.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS DA COMPANHIA.

As tabelas abaixo apresentam as principais linhas referentes às contas de ativos, passivos e patrimônio líquido consolidado da Companhia referentes a 31 de dezembro de 2019 e 2018.

ATIVO	Consolidado					Variação 2019/2018
	2019	Análise Vertical	2018	Análise Vertical	Variação 2019/2018	
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	646.137	6,9%	486.903	5,4%	32,7%	159.234
Contas a receber de clientes	1.029.650	11,0%	1.253.826	13,9%	-17,9%	- 224.176
Estoques	1.328.470	14,2%	1.448.021	16,1%	-8,3%	- 119.551
Impostos a recuperar	223.589	2,4%	237.675	2,6%	-5,9%	- 14.086
Despesas antecipadas	20.210	0,2%	19.641	0,2%	2,9%	569
Outros créditos	109.565	1,2%	77.736	0,9%	40,9%	31.829
Total do ativo circulante	3.357.621	35,8%	3.523.802	39,1%	-4,7%	- 166.181
NÃO CIRCULANTE						
Impostos a recuperar	166.759	1,8%	29.189	0,3%	0,0%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	306.628	3,3%	257.517	2,9%	0,0%	49.111
Depósitos judiciais	58.495	0,6%	59.468	0,7%	-1,6%	- 973
Partes relacionadas	4.897	0,1%	32.612	0,4%	-85,0%	- 27.715
Outros créditos	1.520	0,0%	4.394	0,0%	-65,4%	- 2.874
Investimentos	74.612	0,8%	46.803	0,5%	59,4%	27.809
Imobilizado	3.590.747	38,3%	3.398.325	37,7%	5,7%	192.422
Intangível	1.740.135	18,6%	1.667.080	18,5%	4,4%	73.055
Direito de uso	73.997	0,8%	-	0,0%	0,0%	73.997
Total do ativo não circulante	6.017.790	64,2%	5.495.388	60,9%	9,5%	522.402
TOTAL DO ATIVO	9.375.411	100,0%	9.019.190	100,0%	3,9%	356.221
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Consolidado						
	2019	Análise Vertical	2018	Análise Vertical	Variação 2019/2018	
CIRCULANTE						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	648.697	6,9%	1.076.149	11,9%	-39,7%	
Fornecedores	1.126.821	12,0%	1.316.897	14,6%	-14,4%	
Obrigações fiscais	121.060	1,3%	121.901	1,4%	-0,7%	
Obrigações sociais e trabalhistas	322.088	3,4%	328.271	3,6%	-1,9%	
Adiantamentos de clientes	27.244	0,3%	109.025	1,2%	-75,0%	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	127.147	1,4%	99.199	1,1%	28,2%	
Outras obrigações	210.561	2,2%	210.387	2,3%	0,1%	
Total do passivo circulante	2.583.618	27,6%	3.261.829	36,2%	-20,8%	
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.412.886	25,7%	1.737.556	19,3%	38,9%	
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	83.753	0,9%	105.150	1,2%	-20,3%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	174.548	1,9%	199.862	2,2%	-12,7%	
Passivo atuarial de plano de pensão	515.932	5,5%	471.053	5,2%	9,5%	
Outras obrigações	107.698	1,1%	45.213	0,5%	138,2%	
Total do passivo não circulante	3.294.817	34,0%	2.558.834	28,4%	28,8%	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	1.576.954	16,8%	1.407.536	15,6%	12,0%	
Opções outorgadas reconhecidas	3.071	0,0%	3.084	0,0%	-0,4%	
Reservas de lucros	606.530	6,5%	393.156	4,4%	54,3%	
Reserva de capital	6.000	0,1%	127.006	1,4%	0,0%	
Ações em tesouraria	(28.920)	-0,3%	(26.022)	-0,3%	11,1%	
Ajuste de avaliação patrimonial	1.064.843	11,4%	1.017.190	11,3%	4,7%	
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	3.228.478	34,4%	2.921.950	32,4%	10,5%	
Participação dos acionistas não controladores	268.498	2,9%	276.577	3,1%	-2,9%	
Patrimônio líquido total	3.496.976	34,4%	3.198.527	32,4%	9,3%	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.375.411	61,6%	9.019.190	64,5%	3,9%	

Caixa e equivalentes de caixas

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2019, o caixa e equivalentes de caixas da Companhia atingiu o montante de R\$ 646.137 mil, comparado com um montante de R\$ 486.903 mil em 31 de dezembro de 2018, representando um crescimento de R\$ 159.234 mil, ou 32,7%.

Contas a receber de clientes

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2019, as contas a receber de clientes apresentaram um montante de R\$ 1.029.650 mil, representando uma redução de R\$ 224.176 mil, se comparado a 31 de dezembro de 2018, quando a linha de contas a receber de clientes da Companhia somou R\$ 1.253.826 mil, uma redução de 17,9%.

Estoques

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2019, os estoques apresentaram um montante de R\$ 1.328.470 mil, representando uma redução de R\$ 119.551 mil, ou 8,3% quando comparado a 31 de dezembro de 2018, quando os estoques da Companhia somaram R\$ 1.448.021 mil.

Imobilizado

Os diretores informam que, em 31 dezembro de 2019, o ativo imobilizado da Companhia atingiu o montante de R\$3.590.747 mil, representando um crescimento de R\$192.422 mil, ou um crescimento 5,7%, em relação a 31 de dezembro de 2018, quando o imobilizado da Companhia somou R\$ 3.398.325 mil. Os diretores da Companhia informam que o crescimento é explicado pela variação cambial na conversão do balanço.

Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os diretores informam que em 2019 os empréstimos e financiamentos (circulante mais não circulante) e debêntures apresentaram um montante de R\$ 3.061.583 mil, um aumento de R\$ 247.878 mil quando comparado ao montante de R\$2.813.705 mil apresentado em 31 de dezembro de 2018, um aumento de 8,8%.

Fornecedores

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2019, a conta de fornecedores apresentava um montante de R\$ 1.126.821 mil, uma redução de R\$ 190.079 mil quando comparado ao valor de R\$1.316.897 mil em 31 de dezembro de 2018, uma redução de 14,4%.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Os diretores informam que os dividendos e juros sobre capital próprio a pagar atingiram o montante de R\$ 127.147 mil em 31 de dezembro de 2019, tendo um aumento de R\$ 27.948 mil, quando comparado ao valor de R\$ 99.199 mil em 31 de dezembro de 2018.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2019, a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas apresentava um montante de R\$ 83.753 mil, uma redução de R\$ 21.397 mil, ou uma redução de 20,3%, quando comparado ao valor de R\$ 105.150 mil referente a 31 de dezembro de 2018.

As tabelas abaixo apresentam as principais linhas referentes às contas de ativos, passivos e patrimônio líquido consolidado da Companhia referentes a 31 de dezembro de 2018 e 2017.

ATIVO	Consolidado					
	2018	Análise Vertical	2017	Análise Vertical	Variação 2018/2017	Variação 2018/2017
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	486.903	5,4%	543.331	6,9%	-10,4%	- 56.428
Contas a receber de clientes	1.253.826	13,9%	1.064.916	13,4%	17,7%	188.910
Estoques	1.448.021	16,1%	1.191.445	15,0%	21,5%	256.576
Impostos a recuperar	237.675	2,6%	159.482	2,0%	49,0%	78.193
Despesas antecipadas	19.641	0,2%	19.657	0,2%	-0,1%	- 16
Outros créditos	77.736	0,9%	69.932	0,9%	11,2%	7.804
Total do ativo circulante	3.523.802	39,1%	3.048.763	38,5%	15,6%	475.039
NÃO CIRCULANTE						
Partes relacionadas	32.612	0,4%	31.961	0,4%	0,0%	-
Contas a receber de clientes	-	0,0%	2.220	0,0%	0,0%	- 2.220
Impostos a recuperar	29.189	0,3%	19.435	0,2%	50,2%	9.754
Imposto de renda e contribuição social diferidos	257.517	2,9%	257.236	3,2%	0,1%	281
Depósitos judiciais	59.468	0,7%	61.548	0,8%	-3,4%	- 2.080
Outros créditos	4.394	0,0%	10.231	0,1%	-57,1%	- 5.837
Investimentos	46.803	0,5%	47.339	0,6%	-1,1%	- 536
Imobilizado	3.398.325	37,7%	3.023.091	38,2%	12,4%	375.234
Intangível	1.667.080	18,5%	1.420.424	17,9%	17,4%	246.656
Total do ativo não circulante	5.495.388	60,9%	4.873.485	61,5%	12,8%	621.903
TOTAL DO ATIVO	9.019.190	100,0%	7.922.248	100,0%	13,8%	1.096.942

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Consolidado				
	2018	Análise Vertical	2017	Análise Vertical	Varição 2018/2017
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	912.955	10,1%	1.110.559	14,0%	-17,8%
Debêntures	163.194	1,8%	241.985	3,1%	-32,6%
Fornecedores	1.316.903	14,6%	1.056.299	13,3%	24,7%
Obrigações tributárias	121.901	1,4%	133.550	1,7%	-8,7%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	235.284	2,6%	181.448	2,3%	29,7%
Provisão de férias e encargos	92.987	1,0%	70.488	0,9%	31,9%
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	99.199	1,1%	5.436	0,1%	1724,9%
Outras obrigações	210.381	2,3%	161.294	2,0%	30,4%
Total do passivo circulante	3.261.829	36,2%	3.060.854	38,6%	6,6%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	1.291.758	14,3%	1.333.735	16,8%	-3,1%
Debêntures	445.798	4,9%	156.997	2,0%	184,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	105.150	1,2%	100.663	1,3%	4,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	199.862	2,2%	169.030	2,1%	18,2%
Passivo atuarial de planos de pensão e benefícios pós emprego	471.053	5,2%	421.237	5,3%	11,8%
Outras obrigações	45.213	0,5%	49.227	0,6%	-8,2%
Total do passivo não circulante	2.558.834	27,9%	2.230.889	28,2%	14,7%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	1.407.536	15,6%	1.277.398	16,1%	10,2%
Opções outorgadas reconhecidas	3.084	0,0%	3.080	0,0%	0,1%
Reservas de lucros	393.156	4,4%	319.033	4,0%	23,2%
Reservas de capital	127.006	1,4%	(1.747)	0,0%	0,0%
Ações em tesouraria	(26.022)	-0,3%	(12.880)	-0,2%	102,0%
Ajuste de avaliação patrimonial imobilizado	75.288	0,8%	88.692	1,1%	-15,1%
Ajuste de avaliação patrimonial conversao	984.374	10,9%	749.982	9,5%	31,3%
Outros resultados abrangentes Plano de Pensão	(42.472)	-0,5%	(35.705)	-0,5%	19,0%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	2.921.950	22,0%	2.387.853	21,1%	22,4%
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	276.577	3,1%	242.652	3,1%	14,0%
Patrimônio líquido total	3.198.527	25,0%	2.630.505	24,2%	21,6%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.019.190	89,1%	7.922.248	91,0%	13,8%

Caixa e equivalentes de caixas

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2018, o caixa e equivalentes de caixas da Companhia atingiu o montante de R\$ 486.903 mil, comparado com um montante de R\$ 543.331 mil em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R\$ 56.428 mil, ou 10,4%.

Contas a receber de clientes

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2018, as contas a receber de clientes apresentaram um montante de R\$ 1.253.826 mil, representando um crescimento de R\$ 188.910 mil, se comparado a 31 de dezembro de 2017, quando a linha de contas a receber de clientes da Companhia somou R\$ 1.064.916 mil, um crescimento de 17,7%. Os diretores da Companhia esclarecem que o aumento da linha de contas a receber é relacionado ao maior nível de vendas em 2018 em relação ao 2017.

Estoques

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2018, os estoques apresentaram um montante de R\$ 1.448.021 mil, representando um aumento de R\$326.416 mil, ou 37,7% quando comparado a 31 de dezembro de 2017, quando os estoques da Companhia somaram R\$1.191.445 mil. Os diretores esclarecem que o aumento da linha de estoques é explicado pelo maior nível de vendas em 2018 em relação a 2017.

Imobilizado

Os diretores informam que, em 31 dezembro de 2018, o ativo imobilizado da Companhia atingiu o montante de R\$3.398.325 mil, representando um crescimento de R\$375.234 mil, ou um crescimento 12,4%, em relação a 31 de dezembro de 2017, quando o imobilizado da Companhia somou R\$3.023.091 mil. Os diretores da Companhia informam que o crescimento é explicado pela variação cambial na conversão do balanço.

Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os diretores informam que em 2018 os empréstimos e financiamentos (circulante mais não circulante) e debêntures apresentaram um montante de R\$2.813.705 mil, uma queda de R\$29.571 mil quando comparado ao montante de R\$2.843.276 mil apresentado em 31 de dezembro de 2017, uma queda de 1,0%.

Fornecedores

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2018, a conta de fornecedores apresentava um montante de R\$ 1.316.903 mil, um crescimento de R\$260.604 mil quando comparado ao valor de R\$1.056.299 mil em 31 de dezembro de 2017, uma variação de 24,7%. Os diretores esclarecem que o aumento da conta de fornecedores é explicado pelo maior nível de vendas em 2018 em relação a 2017.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Os diretores informam que os dividendos e juros sobre capital próprio a pagar atingiram o montante de R\$99.199 mil em 31 de dezembro de 2018, tendo um aumento de R\$93.763 mil, quando comparado ao valor de R\$5.436 mil em 31 de dezembro de 2017.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2018, a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas apresentava um montante de R\$ 105.150 mil, um crescimento de R\$4.487 mil, ou crescimento de 4,5%, quando comparado ao valor de R\$100.663 mil referente a 31 de dezembro de 2017.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS DA COMPANHIA.

As tabelas abaixo apresentam as principais linhas referentes às contas de ativos, passivos e patrimônio líquido consolidado da Companhia referentes a 31 de dezembro de 2017 e 2016.

ATIVO	Consolidado					
	2017	Análise Vertical	2016	Análise Vertical	Varição 2017/2016	Varição 2017/2016
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	543.331	6,9%	431.599	6,1%	25,9%	111.732
Contas a receber de clientes	1.064.916	13,4%	835.158	11,8%	27,5%	229.758
Estoques	1.191.445	15,0%	865.029	12,3%	37,7%	326.416
Impostos a recuperar	159.482	2,0%	125.249	1,8%	27,3%	34.233
Despesas antecipadas	19.657	0,2%	23.054	0,3%	-14,7%	- 3.397
Outros créditos	69.932	0,9%	84.622	1,2%	-17,4%	- 14.690
Total do ativo circulante	<u>3.048.763</u>	<u>38,5%</u>	<u>2.364.711</u>	<u>33,5%</u>	<u>28,9%</u>	<u>684.052</u>
NÃO CIRCULANTE						
Partes relacionadas	31.961	0,4%	-	0,0%	0,0%	-
Contas a receber de clientes	2.220	0,0%	-	0,0%	0,0%	2.220
Impostos a recuperar	19.435	0,2%	34.002	0,5%	-42,8%	- 14.567
Imposto de renda e contribuição social diferidos	257.236	3,2%	188.481	2,7%	36,5%	68.755
Depósitos judiciais	61.548	0,8%	55.066	0,8%	11,8%	6.482
Outros créditos	10.231	0,1%	11.504	0,2%	-11,1%	- 1.273
Investimentos	47.339	0,6%	81.425	1,2%	-41,9%	- 34.086
Imobilizado	3.023.091	38,2%	2.919.881	41,4%	3,5%	103.210
Intangível	1.420.424	17,9%	1.402.045	19,9%	1,3%	18.379
Total do ativo não circulante	<u>4.873.485</u>	<u>61,5%</u>	<u>4.692.404</u>	<u>66,5%</u>	<u>3,9%</u>	<u>181.081</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>7.922.248</u>	<u>100,0%</u>	<u>7.057.115</u>	<u>100,0%</u>	<u>12,3%</u>	<u>865.133</u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Consolidado				
	2017	Análise Vertical	2016	Análise Vertical	Varição 2017/2016
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	1.110.559	14,0%	1.166.877	16,5%	-4,8%
Debêntures	241.985	3,1%	15.931	0,2%	1419,0%
Fornecedores	1.056.299	13,3%	856.084	12,1%	23,4%
Obrigações tributárias	133.550	1,7%	77.103	1,1%	73,2%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	181.448	2,3%	149.649	2,1%	21,2%
Provisão de férias e encargos	70.488	0,9%	54.180	0,8%	30,1%
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	5.436	0,1%	10.751	0,2%	-49,4%
Outras obrigações	161.294	2,0%	135.202	1,9%	19,3%
Total do passivo circulante	3.060.854	38,6%	2.521.719	35,7%	21,4%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	1.333.735	16,8%	1.381.843	19,6%	-3,5%
Debêntures	156.997	2,0%	495.434	7,0%	-68,3%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	100.663	1,3%	70.650	1,0%	42,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	169.030	2,1%	162.883	2,3%	3,8%
Passivo atuarial de planos de pensão e benefícios pós emprego	421.237	5,3%	383.157	5,4%	9,9%
Outras obrigações	49.227	0,6%	24.352	0,3%	102,1%
Total do passivo não circulante	2.230.889	27,5%	2.518.319	35,7%	-11,4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	1.277.398	16,1%	700.000	9,9%	82,5%
Opções outorgadas reconhecidas	3.080	0,0%	2.952	0,0%	4,3%
Reservas de lucros	319.033	4,0%	310.193	4,4%	2,8%
Reservas de capital	(1.747)	0,0%	-	0,0%	0,0%
Ações em tesouraria	(12.880)	-0,2%	(8.260)	-0,1%	55,9%
Ajuste de avaliação patrimonial imobilizado	88.692	1,1%	96.851	1,4%	-8,4%
Ajuste de avaliação patrimonial conversão	749.982	9,5%	633.408	9,0%	18,4%
Outros resultados abrangentes Plano de Pensão	(35.705)	-0,5%	48.841	0,7%	-173,1%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	2.387.853	21,1%	1.783.985	15,6%	33,8%
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	242.652	3,1%	233.092	3,3%	4,1%
Patrimônio líquido total	2.630.505	24,2%	2.017.077	18,9%	30,4%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.922.248	90,4%	7.057.115	90,3%	12,3%

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.

Caixa e equivalentes de caixas

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2017, o caixa e equivalentes de caixas da Companhia atingiu o montante de R\$ 543.331 mil, comparado com um montante de R\$ 431.599 mil em 31 de dezembro de 2016, representando um crescimento de R\$ 111.732 mil, ou 25,9%. Os diretores da Companhia informam que o crescimento é explicado pela melhor geração de caixa no ano de 2017.

Contas a receber de clientes

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2017, as contas a receber de clientes apresentaram um montante de R\$1.064.916 mil, representando um crescimento de R\$229.758 mil, se comparado a 31 de dezembro de 2016, quando a linha de contas a

receber de clientes da Companhia somou R\$835.158 mil, um crescimento de 27,5%. Os diretores da Companhia esclarecem que o aumento da linha de contas a receber é relacionado ao maior nível de vendas em 2017 em relação ao 2016.

Estoques

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2017, os estoques apresentaram um montante de R\$1.191.445 mil, representando um aumento de R\$326.416 mil, ou 37,7% quando comparado a 31 de dezembro de 2016, quando os estoques da Companhia somaram R\$865.029 mil. Os diretores esclarecem que o aumento da linha de estoques é explicado pelo maior nível de vendas em 2017 em relação a 2016.

Imobilizado

Os diretores informam que, em 31 dezembro de 2017, o ativo imobilizado da Companhia atingiu o montante de R\$3.023.091 mil, representando um crescimento de R\$103.210 mil, ou um crescimento 13,1%, em relação a 31 de dezembro de 2016, quando o imobilizado da Companhia somou R\$2.919.881 mil. Os diretores da Companhia informam que o crescimento é explicado pela variação cambial na conversão do balanço.

Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os diretores informam que em 2017 os empréstimos e financiamentos (circulante mais não circulante) e debêntures apresentaram um montante de R\$2.843.276 mil, uma queda de R\$216.809 mil quando comparado ao montante de R\$3.060.085 mil apresentado em 31 de dezembro de 2016, uma queda percentual de 7,1%.

Fornecedores

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2017, a conta de fornecedores apresentava um montante de R\$1.056.299 mil, um crescimento de R\$200.215 mil quando comparado ao valor de R\$856.084 mil em 31 de dezembro de 2016, uma variação de 23,4%. Os diretores esclarecem que o aumento da conta de fornecedores é explicado pelo maior nível de vendas em 2017 em relação a 2016.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Os diretores informam que os dividendos e juros sobre capital próprio a pagar atingiram o montante de R\$5.436 mil em 31 de dezembro de 2017, tendo uma redução de R\$5.315 mil, equivalente a 49,4%, quando comparado ao valor de R\$10.751mil em 31 de dezembro de 2016. Essa redução refere-se ao lucro base de dividendos de 2017 que apresentou uma redução quando comparada ao ano anterior.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Os diretores informam que, em 31 de dezembro de 2017, a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas apresentava um montante de R\$100.663 mil, um

crescimento de R\$30.013 mil, ou crescimento de 42,5%, quando comparado ao valor de R\$70.650 mil referente a 31 de dezembro de 2016.

10.2. Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita;

100% da receita da Companhia é proveniente do segmento automotivo.

Os diretores informam que no segmento automotivo as receitas da Companhia compreendem a fabricação e comercialização de rodas de aço e alumínio para veículos leves, rodas de aço para veículos comerciais e a fabricação de componentes estruturais para veículos leves e comerciais.

Em 2019 a receita proveniente da fabricação e comercialização de rodas atingiu R\$ 7.806.597 mil, o que representa 77,9% da receita operacional líquida consolidada da Companhia. Já a fabricação e comercialização de componentes estruturais atingiu R\$ 2.209.798 mil ou 22,1% da receita líquida consolidada.

A seguir são apresentadas as receitas da Companhia, por unidades de negócios, no segmento automotivo.

Receita Operacional Líquida*	2019		2018		2017	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
Rodas	7.806.597	77,9%	7.776.814	80,9%	6.181.034	82,5%
Componentes Estruturais	2.209.798	22,1%	1.839.485	19,1%	1.306.905	17,5%
Total	10.016.395	100,0%	9.616.299	100,0%	7.487.940	100,0%

*valores em R\$ mil

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Os diretores informam que a o aumento de produção de veículos no Brasil e a variação cambial contribuíram de forma positiva, e de forma negativa pela queda de volume de produção nos principais mercados internacionais.

Os diretores informam que no ano de 2018 e 2017 o crescimento da produção de veículos no Brasil e na Europa, assim como o crescimento da produção de veículos pesados no NAFTA, contribuíram de forma positiva na receita operacional líquida da

Companhia. De forma negativa, os diretores destacam a queda de produção de veículos leves no NAFTA.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A seguir são apresentados os comentários dos diretores da Companhia nos correspondentes à análise dos principais fatores exógenos, sobre os quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle, que afetam os resultados da Companhia.

Os diretores informam que a variação cambial afetou positivamente o resultado da Companhia em R\$ 359.744,8 milhões em 2019.

Os diretores informam que a variação cambial afetou positivamente o resultado da Companhia em R\$ 1.059,9 milhões em 2018.

Os diretores informam que em 2017 a variação cambial no período teve um impacto negativo em R\$ 415.698 mil para os resultados da Companhia, impactado principalmente os resultados do primeiro semestre.

Os diretores destacam que em 2016 o Real desvalorizado contribuiu para um crescimento das vendas internacionais da Companhia no primeiro semestre, onde a Companhia obteve um efeito positivo de R\$ 558.636 mil. No segundo semestre, com a valorização do Real, o efeito foi negativo em R\$ 339.932 mil, mas ainda não suficiente para diminuir o impacto positivo observado no primeiro semestre.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Os diretores informam que os aumentos observados de matéria prima em todas regiões em 2019, 2018 e 2017 foram negociados com fornecedores e clientes de forma a refletir o histórico de repasse, de acordo com os contratos vigentes.

Os diretores informam que em 2019 o resultado financeiro líquido foi de R\$ 169.904, uma melhora de 23,1% em relação a 2018. A redução é explicada pela redução nas despesas com juros sobre financiamento resultante das renegociações de dívida da Companhia e pelo reconhecimento das decisões favoráveis que pleiteavam a exclusão do ICMS do PIS e COFINS.

Receitas Financeiras	R\$ 65.344 mil
Despesas Financeiras	(R\$ 230.124 mil)

Varição Cambial Líquida	(R\$ 5.124 mil)
Resultado Financeiro	(R\$ 169.904 mil)

Os diretores informam que em 2018 o resultado financeiro líquido foi de R\$ 220.819, uma melhora de 36,4% em relação a 2017. A redução é explicada pela redução nas despesas com juros sobre financiamento resultante das renegociações de dívida da Companhia e pelo ajuste contábil, não caixa, proveniente da variação do valor justo dos bônus de subscrição relativos às debêntures simples da 7ª emissão e principalmente da opção contida nas debêntures conversíveis da 6ª emissão, que impactou o resultado em 2017. Abaixo quadro explicativo do resultado financeiro líquido de 2018.

Receitas Financeiras	R\$ 14.838 mil
Despesas Financeiras	(R\$ 239.414 mil)
Varição Cambial Líquida	R\$ 3.757 mil
Resultado Financeiro	(R\$ 220.819 mil)

Os diretores informam que em 2017 o resultado financeiro líquido foi de R\$ 347.208, explicado principalmente pelo efeito contábil, não caixa, proveniente da variação do valor justo dos bônus de subscrição relativos às debêntures simples da 7ª emissão, e principalmente da opção contida nas debêntures conversíveis da 6ª emissão. Excluindo tal ajuste o resultado financeiro líquido teria apresentado um valor de R\$ 226.000 mil em 2017, uma melhora de 35,1% em relação a 2016. Os principais fatores que explicam tal melhora são as renegociações de dívida conduzidas pela Companhia nos últimos anos e a queda do certificado de depósito interbancário (CDI). Abaixo quadro explicativo do resultado financeiro líquido de 2017:

Receitas Financeiras	R\$ 55.160 mil
Despesas Financeiras	(R\$ 394.624 mil)
Varição Cambial Líquida	(R\$ 7.744 mil)
Resultado Financeiro	(R\$ 347.208 mil)

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Os diretores informam que não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos três últimos exercícios sociais.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os diretores informam que em 2019 a Companhia celebrou um contrato de associação com a DF Automobile Chassis System Co., Ltd. (“DongFeng”), sociedade chinesa, criando a DongFeng Maxion Wheels Ltd. (“DongFengMaxion”), com o objetivo de construir uma planta destinada à produção de rodas de alumínio para veículos leves a serem comercializadas naquele país, com capacidade de produção de 2,0 milhões de rodas por ano. A DongFengMaxion encontra-se em fase pré-operacional.

Em 1º de agosto de 2019, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações com os sócios Amsted Rail Brasil e Greenbrier do Brasil, tendo como objeto a alienação de 18,25% de participação societária na Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. por US\$ 5 milhões. A participação da Companhia na Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. foi reduzida de 37,75% para 19,5%, em linha com a estratégia de concentrar sua atuação no setor automotivo.

Os diretores informam que não houve aquisição ou alienação no exercício social de 2018.

Os diretores informam que em 2017 a Companhia adquiriu aproximadamente 30% da sociedade produtora de rodas de alumínio da Tailândia, passando a deter 100% de tal sociedade. A aquisição reforça a estratégia da Companhia em aumentar a participação em rodas de alumínio e na região Asiática.

c) Eventos ou operações não usuais

Os diretores informam que não houve evento ou operação não usual que tenham causado ou venham a causar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

10.4. Os diretores devem comentar:

Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2))

a) Impacto geral da adoção da IFRS 16 - Arrendamento

A IFRS 16 introduziu um modelo abrangente para a identificação de acordos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras para arrendadores e arrendatários. A IFRS 16 substituiu as orientações atuais de arrendamento, incluindo a IAS 17 (CPC 06 (R1)) - Arrendamento Mercantil e as correspondentes interpretações a partir da sua data de vigência para períodos contábeis iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A data de adoção inicial da IFRS 16 para a Companhia foi em 1º de janeiro de 2019.

A Companhia optou pela adoção retrospectiva modificada da IFRS 16 de acordo com a IFRS 16:C5(b). Consequentemente, a Companhia não reapresentou as informações comparativas.

Diferentemente da contabilização do arrendatário, a IFRS 16 transferiu substancialmente as exigências de contabilização do arrendador contidas na IAS 17 (CPC 06 (R1)).

b) Impacto da nova definição de arrendamento

A Companhia utilizou o recurso prático disponível na transição para a IFRS 16 para não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento. Portanto, a definição de arrendamento de acordo com a IAS 17 e a IFRIC 4 (equivalente ao ICPC 03) permaneceu aplicável a arrendamentos contratados ou modificados antes de 1º de janeiro de 2019.

A alteração na definição de arrendamento refere-se principalmente ao conceito de controle. A IFRS 16 distingue contratos de arrendamento e contratos de serviços considerando se o uso de um ativo identificado é controlado pelo cliente. Controle é observado se o cliente:

- Tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso de um ativo identificado.
- Tem o direito de controlar o uso desse ativo.

A Companhia aplicou a definição de arrendamento e correspondente orientação descrita na IFRS 16 a todos os contratos de arrendamento celebrados ou modificados em ou após 1º de janeiro de 2019.

c) Impacto sobre a contabilização do arrendatário

Arrendamentos operacionais

A IFRS 16 (CPC 06 (R2)) mudou a forma como a Companhia contabilizava arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, que não eram registrados no balanço patrimonial.

Na adoção inicial da IFRS 16, para todos os arrendamentos (exceto conforme descrito a seguir), a Companhia:

- a) Reconheceu ativos de direito de uso e obrigações de arrendamento no balanço patrimonial individual e consolidado, inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento futuros.
- b) Reconheceu a depreciação dos ativos de direito de uso e a participação nas obrigações de arrendamento na demonstração individual e consolidada do resultado.
- c) Segregou o valor total de caixa pago em principal (apresentado em atividades de financiamento) e juros (apresentado em atividades operacionais) na demonstração individual e consolidada do fluxo de caixa.

Os incentivos a arrendamento (por exemplo, período isento de aluguel) foram reconhecidos como parte da mensuração dos ativos de direito de uso e obrigações de arrendamento enquanto que na IAS 17 (CPC 06 (R1)) esses incentivos resultavam no reconhecimento de um incentivo de obrigação de arrendamento, amortizados como redução das despesas com aluguéis em base linear.

De acordo com a IFRS 16, os ativos de direito de uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 (R1)). Essa norma substituiu a exigência anterior de reconhecimento da provisão para contratos de arrendamento onerosos.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores e móveis de escritório), a Companhia optou por reconhecer uma despesa de arrendamento em base linear conforme previsto na IFRS 16.

A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso de R\$73.305 e uma obrigação de arrendamento correspondente no mesmo valor com relação a todos arrendamentos em 1º de janeiro de 2019, exceto os seus arrendamentos de curto prazo e baixo valor.

O impacto no exercício de 2019, correspondeu a uma redução em “Outras despesas” em R\$43.128, aumento na depreciação em R\$36.783 e aumento nas despesas com juros em R\$3.768. O montante de R\$7.090 desses acordos refere-se a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

De acordo com a IAS 17, todos os pagamentos de arrendamentos

operacionais são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades operacionais. O impacto das mudanças de acordo com a IFRS 16 no exercício de 2019 resultou no aumento do caixa gerado pelas atividades operacionais em R\$43.128 e a redução do caixa líquido usado nas atividades de financiamento pelo mesmo valor.

Em 2019, as obrigações de arrendamento registradas pela Companhia, possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2020	4.204	31.415
2021	3.689	24.273
2022	410	8.993
2023	323	4.812
2024	261	2.830
2025 até 2032	-	1.150
Total	<u>8.887</u>	<u>73.473</u>

Arrendamentos financeiros

As principais diferenças entre a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) e a IAS 17 (CPC 06 (R1)) com relação aos ativos anteriormente mantidos em arrendamento financeiro correspondem à mensuração das garantias de valor residual fornecidas pelo arrendatário ao arrendador. A IFRS 16 requer que a Companhia reconheça como parte da sua obrigação de arrendamento apenas o valor devido nos termos de uma garantia de valor residual, em vez do valor máximo garantido conforme exigido pela IAS 17. Na adoção inicial, a Companhia apresentou equipamentos anteriormente incluídos no imobilizado na rubrica relacionada aos ativos de direito de uso e a obrigação de arrendamento, anteriormente apresentada em empréstimos, na linha de outras obrigações devido a imaterialidade do montante.

Com base na análise dos arrendamentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 à luz dos fatos e das circunstâncias existentes naquela data, a Administração da Companhia ratificou que essa alteração não impactou os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a Companhia:

- Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo.
- Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda.

Em caso positivo, a Companhia deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda.

Em caso negativo, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

A interpretação é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. As entidades podem aplicar a interpretação com base na aplicação retrospectiva integral ou na aplicação retrospectiva modificada sem reapresentação de informações comparativas retrospectiva ou prospectivamente.

Com base na análise de posições incertas a luz se é provável que a autoridade fiscal aceita a utilização de tratamento incerto, a Administração da Companhia conclui que a adoção dessas alterações não resultou em quaisquer ajustes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Administração não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

- IFRS 17 - Contratos de Seguros;
- IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou “joint venture”;
- Alterações à IFRS 3 - Definição de Negócios;
- Alterações à IAS 1 e IAS 8 - Definição de Material;
- Estrutura conceitual nas normas IFRS.

A Administração da Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os diretores da Companhia informam que a Companhia adotou:

(i) o IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (revisada em julho de 2014) e as correspondentes alterações relevantes às outras IFRS no exercício corrente, e em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A IFRS 9 introduziu novas exigências para: 1) A classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; 2) A redução ao valor recuperável de ativos financeiros; e 3) A contabilização geral de “hedge”.

(ii) o IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes (conforme alteração em abril de 2016) em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, introduziu uma abordagem de reconhecimento de receitas composta por cinco passos.

Orientações muito mais rígidas foram acrescentadas na IFRS 15 para abordar cenários específicos.

(iii) o IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil introduziu um modelo abrangente para a identificação de acordos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras para arrendadores e arrendatários. A IFRS 16 substituiu as orientações atuais de arrendamento, incluindo a IAS 17 (CPC 06 (R1)) - Arrendamento Mercantil e as correspondentes interpretações a partir da sua data de vigência para períodos contábeis iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A data de adoção inicial da IFRS 16 para a Companhia foi em 1º de janeiro de 2019.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os diretores informam que o relatório do auditor independente para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi emitido sem ressalvas e contém um parágrafo de opinião mencionando que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Iochpe-Maxion S.A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, emitidas pelo IASB.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia, bem como das informações contábeis intermediárias, requer que nós, os diretores, em conjunto com a administração, façamos julgamentos e estimativas e adotemos premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, na data base das demonstrações financeiras ou informações intermediárias.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas podem levar a resultados que requeiram ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

São utilizadas estimativas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e

controladas em conjunto. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento dos nossos diretores e da Administração da Companhia, para determinação do valor a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As principais práticas contábeis são aquelas que têm relevância para determinar a condição financeira e resultados operacionais da Companhia, tendo sua determinação mais subjetiva e complexa. Para que possamos descrever a forma como nos administradores realizamos estas determinações sobre eventos futuros, incluindo as variáveis e premissas, a tais estimativas e a sensibilidade de julgamentos sob as diferentes circunstâncias, ressaltamos as seguintes práticas contábeis:

Provisão para perdas de crédito esperadas: A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada sobre as contas a receber de clientes durante a vida útil. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas considerando a experiência de inadimplência histórica do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. Ademais, a Companhia constitui provisão para perdas para 100% das contas a receber vencidas há mais de 180 dias, uma vez que a experiência histórica indicou que essas contas a receber em geral não são recuperáveis.

Provisão para perdas nos estoques: A Companhia tem como procedimento constituir provisão para perdas com estoques de giro lento com base na política definida pela Administração, que leva em consideração o histórico de consumo de quantidade item a item nos últimos 12 meses comparado com o saldo de estoques existentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Para aquelas quantidades que excederem o consumo histórico dos últimos 12 meses e que não exista nenhuma previsão de vendas futura, a provisão para perdas em estoques é constituída entre a diferença do valor contábil e o seu valor recuperável. A Administração julga que o valor reconhecido na provisão para perdas nos estoques seja suficiente para cobrir eventuais perdas financeiras futuras.

Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis:

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências passivas referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável do montante correspondente possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas

circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os demais itens que também afetam os registros e resultados da Companhia procedem da seguinte maneira:

Reconhecimento da receita: A Companhia tem como procedimento reconhecer a receita de venda de produtos no resultado na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A Companhia não fornece garantia além daquela prevista por lei, em linha com a prática no setor.

A receita de venda de produtos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos produtos. O prazo normal de crédito é de 30 a 90 dias após a entrega.

Reconhecimento de receita decorrente de créditos fiscais: As receitas de créditos fiscais são reconhecidas no resultado apenas quando do transitado em julgado, e habilitação definitiva do crédito por parte dos órgãos competentes, gerando o benefício para a Companhia.

Impostos de renda e contribuição social diferidos: A Companhia tem como premissa a fundamentação da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, onde reconhece também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Ajustes de conversão em moeda estrangeira: A Companhia tem transações de compras e vendas em moeda estrangeira, que compõem o resultado da Companhia, e são convertidas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos caracterizados por contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras são convertidos na data de apresentação à taxa de câmbio apurada naquela data.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão, e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, todo ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas

no exterior são ajustadas as práticas contábeis do Brasil e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Critérios para teste de recuperação de ativos: Os bens do ativo imobilizado e do intangível têm seus valores recuperáveis testados anualmente, caso haja indicadores de perda de valor ou rentabilidade, esses são reconhecidos no resultado da Companhia.

Ativo imobilizado: A Companhia tem como prática reconhecer os bens de ativo imobilizado pelo custo histórico de aquisição ou construção para os casos de desenvolvimento interno. A Companhia optou por reconhecer o custo atribuído (deemed cost) com a adoção dos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), visando refletir o valor de seus ativos com o seu estado atual, com essa adoção ocorreu um aumento significativo nos ativos imobilizados tendo a contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

Vida útil: A Companhia tem como procedimento reconhecer a depreciação de seus ativos imobilizados de forma linear baseando-se as vidas úteis estimadas de cada parte de um ativo imobilizado, que reflete a duração desse ativo e mensuram os benefícios econômicos futuros. As vidas úteis e os valores residuais são revistos anualmente e se necessário são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Gestão de risco e instrumentos financeiros: A Companhia tem como prática reconhecer instrumentos financeiros como: (i) custo amortizado; e (ii) valor justo por meio do resultado. A Companhia gerencia tais instrumentos como Hedge de Fluxo de Caixa e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos.

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os diretores informam que a Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Todas as suas participações em controladas ou relacionamentos com as mesmas encontram-se registrados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(iv) contratos de construção não terminada

Os diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem contratos de construção não terminada que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos (b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Os diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui outros itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras.

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

(b) natureza e o propósito da operação

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica pois não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Os diretores da Companhia ressaltam que os investimentos de capital realizados em 2019, foram empregados na manutenção do parque industrial e na ampliação e melhoria da capacidade produtiva da Companhia.

Nesse sentido ao longo do exercício de 2019, foram investidos R\$ 519,1 milhões dos quais podemos destacar: (i) investimentos em estamparia para veículos pesados na planta de componentes estruturarias localizada no México, (ii) a construção de uma nova unidade de rodas de alumínio na Índia, (iii) expansões de capacidade em unidades de rodas de alumínio na Europa e na América do Norte, e (iv) expansão da capacidade na planta da Tailândia.

Não há desinvestimento em andamento ou previsto pela Companhia.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;

Os diretores informam que no ano de 2019 não ocorreram aquisições que pudessem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

A Companhia desenvolve novos produtos em parceria com outras empresas do segmento automotivo, institutos de pesquisa e universidades de todo o mundo, em conjunto com sua equipe de engenharia avançada. Destacamos no segmento de rodas o projeto da roda flexível, Acorus, em desenvolvimento com uma empresa do segmento de produção de pneus; da MaxHybrid, roda de composição híbrida com centro de alumínio e aro de fibra de carbono; Gen34, roda de aço para veículos comerciais mais leve da categoria; a VersaStyle Lite, roda de aço para veículos leves com grande apelo visual e custo reduzido em relação a uma roda de alumínio; a tecnologia MCPA *Multi Color Paint Application* inspirada no desejo do consumidor de personalização de rodas de alumínio produzidas em larga escala.

No segmento de componentes estruturais, destacamos a IFS – *Independent Front Suspension*, suspensão frontal para caminhões desenvolvida com redução significativa de peso e melhorias de processos.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Os diretores informam que os investimentos em pesquisa para desenvolvimentos de novos produtos, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, totalizaram o montante de R\$ 1,0 milhão.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;

Os diretores informam que, além das pesquisas mencionadas no item (i) e (ii) acima, no exercício de 2019 não houve projetos em desenvolvimento já divulgados.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Os diretores informam que, além das pesquisas mencionadas no item (i) e (ii) acima, no exercício de 2019 não houve projetos em desenvolvimento já divulgados.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciam de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Os diretores informam que no exercício de 2019 não houve fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia, que já não tenham sido comentados anteriormente.

2. DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, BEM COMO RATIFICAR A DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

2.1. Proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, incluindo as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou lucro líquido no montante de R\$ 337.435 mil. Assim, conforme indicado no relatório da administração anexo às demonstrações financeiras, publicado em 05 de março de 2020, propomos a seguinte destinação do lucro líquido: **(a)** R\$ 17.138 mil destinados à reserva legal; **(b)** R\$ 126.822 mil destinados ao dividendo obrigatório, distribuído aos acionistas da seguinte forma: (i) R\$ 25.631 mil por meio de juros sobre o capital próprio aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 01 de julho de 2019, e (ii) R\$ 101.191 mil a título de dividendos aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 05 de março de 2020, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, e **(c)** R\$ 198.802 mil destinados à reserva estatutária de investimentos e capital de giro.

O valor bruto dos juros sobre capital próprio declarados na reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2019 foi de R\$ 28.197 mil, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,1850616 por ação, os quais sofreram retenção do imposto de renda na fonte, quando aplicável, nos termos da legislação vigente.

O pagamento dos juros sobre o capital próprio e do dividendo mencionados acima foi realizado em 19 de março de 2020, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de março de 2020.

Adicionalmente, apresentamos a seguir as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09:

TODAS AS INFORMAÇÕES ESTÃO DISPONIBILIZADAS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO MENCIONADO.

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 337.435.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio (“JCP”) já declarados

O montante global dos dividendos é de R\$ 126.822, sendo: (i) R\$ 25.631 distribuídos aos acionistas por meio de juros sobre o capital próprio aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 01 de julho de 2019, e (ii) R\$ 101.191 distribuídos aos acionistas a título de dividendos referentes aos resultados do exercício social de 2019, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária.

Data da declaração	Data "ex" proventos	Valor total líquido	Valor por ação
01 de julho de 2019	08 de julho 2019	25.631	0,1682176
05 de março de 2020	11 de março 2020	101.191	0,6641181
Total		126.822	0,832336

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O valor distribuído equivale a 37% do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O valor dos dividendos a ser ratificado pela Assembleia Geral Ordinária é de R\$101.191, equivalente a R\$0,6641181 por ação. Não há proposta de declaração de juros sobre capital próprio a ser submetida à Assembleia.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos a serem ratificados pela Assembleia Geral Ordinária foram pagos em espécie em 19 de março de 2020, conforme deliberado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 05 de março de 2020. Não há proposta de declaração de juros sobre capital próprio a ser submetida à Assembleia.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável. Não há incidência de atualização e juros.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data de corte que identificou os acionistas que fizeram jus ao recebimento dos dividendos a serem ratificados pela Assembleia Geral Ordinária foi 10 de março de 2020, passando as ações de emissão da Companhia a ser negociadas na condição de “ex-dividendos” a partir de 11 de março de 2020, inclusive. Não há proposta de declaração de juros sobre capital próprio a ser submetida à Assembleia.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável. Não foram declarados dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Ano	Lucro líquido do exercício*	Lucro p/ ação
2019	337.435	2,2146
2018	201.325	1,3549
2017	6.403	0,0497
2016	21.531	0,2276
Ano	Dividendos/JCP*	Dividendos/JCP p/ ação
2018	79.132	0,5298
2017 ¹	29.565	0,1980
2017 ²	5.195	0,0367
2016 ³	31.051	0,2191
2016 ⁴	10.446	0,0756

* valores em R\$ mil

¹ Montante remanescente de JCP declarados em 2018, apropriado à conta de reserva de lucros existente no balanço da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, com base nas demonstrações financeiras que foram aprovadas pela assembleia geral ordinária de acionistas realizada em 19 de abril de 2018.

² Dividendo obrigatório da Companhia aprovado pela assembleia geral ordinária de acionistas realizada em 19 de abril de 2018 com base nas demonstrações financeiras relativas a 2017, aprovadas na referida assembleia.

³ Dividendos intermediários à conta de reserva de lucros existente no balanço da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de fevereiro de 2018, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, com base nas demonstrações financeiras que foram aprovadas pela assembleia geral ordinária de acionistas realizada em 28 de abril de 2017.

⁴ Dividendo obrigatório da Companhia aprovado pela assembleia geral ordinária de acionistas realizada em 28 de abril de 2017 com base nas demonstrações financeiras relativas a 2016, aprovadas na referida assembleia.

8. Havendo destinação de lucros a reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

O montante destinado a reserva legal é de R\$ 17.138.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é calculada em 5% do lucro líquido do exercício mais a realização da depreciação do custo atribuído, não excedendo 20% do capital social.

Considerando o lucro líquido apurado em 2019 de R\$ 337.435 mais a realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos no valor de R\$ 5.327, o lucro líquido ajustado para cálculo da reserva legal é de R\$ 342.762.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, a Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O estatuto da Companhia prevê como dividendo obrigatório o pagamento de 37% do lucro líquido do exercício, apurado conforme os termos da Lei nº 6.404/76. Considera-se o lucro líquido do exercício mais a realização da depreciação do custo atribuído.

Considerando o lucro líquido apurado em 2019 de R\$ 337.435 mais a realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos no valor de R\$ 5.327, o lucro líquido ajustado para cálculo do dividendo obrigatório é de R\$ 342.762.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, não houve retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à

reserva

Não aplicável, não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

A reserva de investimento e capital de giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como a capitalização e financiamento de sociedades controladas e coligadas. A reserva será formada com parcela anual de, no mínimo, 10% e, no máximo, 58% do lucro líquido e terá como limite máximo o importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

b. Identificar o montante destinado a reserva

O montante destinado a reserva estatutária é de R\$ 198.802.

c. Descrever como o montante foi calculado

O montante foi calculado em 58% do lucro líquido do exercício mais a realização da depreciação do custo atribuído.

Considerando o lucro líquido apurado em 2019 de R\$ 337.435 mais a realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos no valor de R\$ 5.327, o lucro líquido ajustado para cálculo da reserva estatutária é de R\$ 342.762.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável, não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva**
- b. Explicar a natureza da destinação**

Não aplicável, não houve destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

3. FIXAR A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020

3.1. Proposta de remuneração dos administradores, incluindo as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência.

Propomos que a remuneração global dos administradores da Companhia, ou seja, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, para o exercício de 2020 seja fixada no valor de até R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), a ser distribuído pelo Conselho de Administração nos termos do Parágrafo Quarto do Artigo 17 e da alínea (e) do Artigo 24 do Estatuto Social da Companhia.

Frisa-se que o valor proposto para o exercício social de 2020 representa o mesmo valor proposto para o exercício social de 2019.

O valor efetivamente pago aos administradores da Companhia em 2019 foi de R\$ 19,1 milhões. O montante da remuneração global dos administradores não atingiu o montante total fixado pela Assembleia Geral da Companhia considerando que este previa contratação de mais um diretor estatutário, aumento da remuneração face às condições de mercado, rescisão ou alteração de contratos dos diretores, dentre outros eventos que não ocorreram. Para fins de esclarecimento e melhor entendimento do acima exposto, cumpre salientar que os valores acima mencionados são todos aplicáveis para o período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, e não para o período entre as assembleias gerais ordinárias.

A remuneração global dos administradores acima proposto para o exercício de 2020 justifica-se principalmente pela acumulação dos Programas de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, que agora somam quatro, referentes aos exercícios sociais de 2016, 2017, 2018 e 2019 (vide item 13.4 do Formulário de Referência, indicado abaixo, para mais informações sobre o Programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia).

A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, ou seja, tal órgão funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas que representem o percentual mínimo de ações previsto na regulamentação aplicável. Esclarecemos que o valor proposto acima não contempla eventual remuneração dos membros do Conselho Fiscal. No que se refere à proposta de remuneração dos membros de tal órgão, referir-se ao Item 5.3 desta Proposta.

Adicionalmente, nos termos do artigo 12 da Instrução CVM nº 481/09, encontram-se a seguir as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência.

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

As práticas da Companhia relativas à remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia têm por objetivo servir como ferramenta de atração, motivação e retenção de profissionais, buscando assegurar que referida remuneração seja justa e compatível com as funções e os riscos inerentes a cada cargo e proporcionando o alinhamento dos seus interesses com os interesses de longo prazo da Companhia.

A remuneração do Conselho Fiscal (quando instalado) é estabelecida pela assembleia de acionistas da Companhia, a qual tem por prática fixá-la no mínimo legal de acordo com o artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

Em reunião realizada em 26 de setembro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou formalmente sua política de remuneração para estabelecer as diretrizes que deverão ser observadas e, conseqüentemente, aplicadas para determinar a remuneração dos diretores estatutários e membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como dos comitês de assessoramento deste órgão, estatutários ou não. A referida política encontra-se disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores.

b) composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Os elementos da remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal (quando instalado), do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais comitês de assessoramento do Conselho de Administração, em linha com os objetivos traçados, são estabelecidos de maneira diferenciada para cada órgão da Companhia, conforme detalhado a seguir:

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente a remuneração fixa, não atrelada à sua participação em reuniões, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa a recompensar, atrair e reter conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia. A remuneração fixa pode ainda ser acrescida em 30%, para o conselheiro que participa de somente um comitê, ou em 50%, em razão da participação dos conselheiros em dois ou mais comitês, como forma de incentivo à participação dos executivos nos órgãos de assessoramento à administração da Companhia.

Adicionalmente, a remuneração do Presidente do Conselho de Administração poderá ser diferenciada, em razão de suas atribuições específicas e, conseqüentemente, maior demanda de tempo.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável, não participando, portanto, dos planos de incentivo de curto ou de longo prazo da Companhia. Os Conselheiros também não fazem jus a benefício pós-emprego.

Diretoria (estatutária e não estatutária)

Os membros da Diretoria, estatutários ou não, fazem jus à remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa a recompensar, atrair e reter os profissionais que agreguem valor aos resultados da Companhia. Como parte da remuneração fixa, a Companhia concede ainda aos membros da Diretoria os seguintes benefícios diretos e indiretos: vale refeição, seguro de vida em grupo, seguro de vida para acidentes pessoais, plano de saúde, veículo e, em alguns casos, plano odontológico.

Para a remuneração variável há o incentivo de curto prazo, pago em forma de bônus calculado sobre o desempenho anual da Companhia. O objetivo da remuneração variável de curto prazo é recompensar o resultado do ano, se as metas estipuladas para o período tiverem sido alcançadas.

Ainda como parte da remuneração variável, a Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo pelo qual os diretores da Companhia são elegíveis a um prêmio em dinheiro referenciado no valor das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores e no retorno sobre capital investido na Companhia (“Return On Invested Capital” ou “ROIC”) de longo prazo. As características deste plano de incentivo de longo prazo estão detalhadas no item 13.4 do Formulário de Referência, indicado abaixo. O objetivo do incentivo de longo prazo é (i) a retenção dos participantes e (ii) recompensar o resultado de um período mais longo (2 a 4 anos), também na hipótese das metas estipuladas para estes períodos terem sido alcançadas, metas essas que são diferentes daquelas estipuladas para o curto prazo. Esta prática visa a alinhar os interesses de longo prazo dos diretores com aqueles dos acionistas e da Companhia.

Até o ano de 2015 a Companhia possuía um plano de opção de compra de ações (*stock option*) para seus diretores por meio do qual havia destinação de parte do bônus anual (incentivo de curto prazo) recebido pelos executivos para aquisição de ações de emissão da Companhia, o que lhes garantia o direito de futuramente exercer opções para a compra de novas ações de emissão da Companhia. No 5º e último programa outorgado pela Companhia em 2015 (referente ao exercício social de 2014), o Conselho de Administração decidiu outorgar aos beneficiários um número de opções equivalente a 25% da sua participação nos resultados, sem a contrapartida de aquisição em bolsa de valores de ações próprias. A partir do ano de 2016 (referente ao exercício social de 2015), não houve outorga de novos programas do referido plano de opção de compra de ações (*stock options*). As características do referido plano de opção de compra de ações (*stock option*) estão detalhadas no item 13.4 do Formulário de Referência.

Os diretores também farão jus a um benefício pós-emprego, representado por plano de complementação de benefícios de aposentadoria, oferecido pela Companhia por intermédio de um plano de previdência privada complementar, administrado por uma gestora independente de grande porte, de forma a alinhar seus benefícios àqueles concedidos pelas demais empresas que atuam no mesmo segmento da Companhia.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) acompanha a legislação existente, a qual prevê, além do reembolso obrigatório de despesas de locomoção e estada necessárias para o desempenho da função, compensação não inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor estatutário, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros distribuídos aos diretores. Ainda, os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a qualquer remuneração variável, tampouco a benefícios.

Comitê de Auditoria Estatutário e outros Comitês

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração que não sejam membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração fixa a título de honorários.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração que sejam membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa descrita acima para aquele órgão, que prevê um acréscimo de até 50% da remuneração base do conselheiro, como forma de incentivo à participação dos referidos executivos nos órgãos de assessoramento à administração da Companhia.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e demais comitês de assessoramento do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável ou outros benefícios.

ii. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Exercício social findo em 31/dez/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria Estatutária
Remuneração fixa anual (com encargos sociais)	100,000000%	57,061418%	100,000000%
Salário ou pró-labore	75,394820%	40,602336%	100,000000%
Benefícios diretos e indiretos	9,526216%	2,597875%	0,000000%
Participações em comitês	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	15,078964%	13,861208%	0,000000%
Remuneração variável	0,000000%	40,879142%	0,000000%
Bônus	0,000000%	26,815604%	0,000000%
Participação em resultados	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Participação em reuniões	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Comissões	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	14,063538%	0,000000%
Benefícios Pós-emprego	0,000000%	2,059440%	0,000000%
Benefícios por cessação do cargo	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração baseada em ações	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Total sobre a remuneração global	100,000000%	100,000000%	100,000000%

Exercício social findo em 31/dez/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria Estatutária
Remuneração fixa anual (com encargos sociais)	100,000000%	46,958207%	100,000000%
Salário ou pró-labore	88,305328%	36,412079%	100,000000%
Benefícios diretos e indiretos	11,694672%	2,144548%	0,000000%
Participações em comitês	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	8,401579%	0,000000%
Remuneração variável	0,000000%	50,993399%	0,000000%
Bônus	0,000000%	36,667810%	0,000000%
Participação em resultados	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Participação em reuniões	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Comissões	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	14,325588%	0,000000%
Benefícios Pós-emprego	0,000000%	2,048394%	0,000000%
Benefícios por cessação do cargo	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração baseada em ações	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Total sobre a remuneração global	100,000000%	100,000000%	100,000000%

Exercício social findo em 31/dez/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa anual (com encargos sociais)	100,000000%	45,616204%	100,000000%	100,000000%
Salário ou pró-labore	88,879475%	36,805977%	100,000000%	100,000000%
Benefícios diretos e indiretos	11,120525%	2,448755%	0,000000%	0,000000%
Participações em comitês	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	6,361472%	0,000000%	0,000000%
Remuneração variável	0,000000%	51,986498%	0,000000%	0,000000%
Bônus	0,000000%	39,954525%	0,000000%	0,000000%
Participação em resultados	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Participação em reuniões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Comissões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	12,031973%	0,000000%	0,000000%
Benefícios Pós-emprego	0,000000%	2,397298%	0,000000%	0,000000%
Benefícios por cessação do cargo	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração baseada em ações	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Total sobre a remuneração global	100,000000%	100,000000%	100,000000%	100,000000%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Anualmente a remuneração fixa é reajustada da seguinte forma:

Conselho de Administração e membros do Comitê de Auditoria Estatutário e outros comitês: A remuneração fixa é reajustada anualmente com base na aplicação de indicadores públicos de inflação (IPCA calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Diretoria: A remuneração fixa dos diretores é reajustada anualmente com base em pesquisa salarial específica.

Adicionalmente ao disposto acima, periodicamente é realizada uma pesquisa de mercado, coordenada pela área de Recursos Humanos, com o apoio de consultoria especializada em remuneração executiva. O resultado desta pesquisa é levado em consideração para fins de recomendação de revisão da remuneração. Eventualmente, podem vir a ser realizadas pesquisas específicas para determinadas posições chave, visando tornar ainda mais precisa a análise.

O grupo de empresas que constituirá a amostra para a pesquisa será definido pelo Comitê de Nomeação e Remuneração da Companhia, buscando empresas de porte e mercados semelhantes.

No caso dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, o referido Comitê fará a recomendação dos ajustes, recomendação esta que será submetida à aprovação do Conselho de Administração, para que sejam definidos os ajustes necessários, garantindo a competitividade da remuneração individual dos administradores.

A remuneração variável de curto prazo dos diretores é calculada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e está atrelada ao Lucro Líquido e Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social (LAIR) e ROIC, conforme o caso, apurados anualmente pela Companhia. As informações referentes à remuneração baseada em ações (incentivo de longo prazo) são detalhadas no item 13.4 do Formulário de Referência

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração visa ao recrutamento e retenção dos profissionais adequados às necessidades da Companhia e considera as composições referenciais de mercado na época da contratação de cada profissional específico, baseado em suas experiências e capacidade técnica.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

Não existem membros não remunerados pela Companhia.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Para a determinação de todos os itens de remuneração fixa, são levadas em consideração a performance do diretor e suas metas individuais. Para a remuneração variável de curto prazo, são levados em consideração o Lucro Líquido e Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social (LAIR) e ROIC. Para a remuneração variável de longo prazo são levadas em considerações o tempo de permanência na Companhia e as metas de ROIC.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

No ciclo anual do planejamento do plano de negócio da Companhia são definidas as metas e desafios para os anos subsequentes que, por sua vez, são desdobrados por toda a organização sob a forma de metas financeiras das operações de negócios e das unidades, buscando estimular a melhoria contínua dos resultados gerais da Companhia.

Havendo o cumprimento das metas traçadas, os diretores da Companhia farão jus à remuneração variável de curto prazo.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

A Companhia busca o alinhamento das práticas de remuneração com os interesses de curto prazo por meio da atração e retenção de profissionais que agreguem valor ao seu negócio.

A remuneração fixa alinha-se aos interesses de curto prazo da Companhia e visa à recompensa imediata dos administradores, de acordo com as melhores práticas do mercado, no que a Companhia entende ser suficiente para propiciar a retenção de talentos no curto prazo.

Já as práticas de remuneração variável, em especial na forma de bônus anuais, atuam como um híbrido entre os interesses de curto (ao referir-se aos resultados atingidos) e também de médio e longo prazo (retenção e resultados a atingir) da Companhia.

As práticas de incentivos de longo prazo baseados em ações, conforme detalhado no item 13.4 do Formulário de Referência, asseguram o comprometimento de seus beneficiários com a continuidade da Companhia e seus interesses no longo prazo.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há qualquer remuneração suportada por subsidiárias ou controladas. A Companhia não possui acionista controlador.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

h) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

A Companhia possui um Comitê de Nomeação e Remuneração, atualmente composto por membros do Conselho de Administração, o qual anualmente avalia e debate a

remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, com base em estudos e pesquisas de mercado coordenados pela área de Recursos Humanos, com o apoio de consultoria externa especializada. Após tal avaliação, o Comitê de Nomeação e Remuneração apresenta sua recomendação ao Conselho de Administração, que delibera acerca da remuneração individual dos membros dos órgãos da administração.

- ii. **critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

A remuneração individual dos administradores da Companhia é fixada com base em estudos e pesquisas de mercado coordenados pela área de Recursos Humanos, com o apoio de consultoria externa especializada, os quais levam em consideração as práticas e valores de remuneração de empresas de porte e segmentos de atuação similares à Companhia.

- iii. **com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

Conforme mencionado no item 13.1.a. acima, a política de remuneração da administração da Companhia foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de setembro de 2018. O Comitê de Nomeação e Remuneração e o Conselho de Administração da Companhia avaliarão anualmente a adequação da referida política.

13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração total prevista para o exercício social corrente (2020) – Valores Anuais				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal ₁	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	9,00	4,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual, segregada em:				

Salário ou pró-labore	4.118.460	5.781.808	602.272	10.478.450
Benefícios diretos e indiretos	611.402	576.690	-	1.188.092
Remuneração por participações em comitês	711.370	-	-	711.370
Outros ²	965.966	2.197.087	115.636	3.278.689
Remuneração variável, segregada em:				
Bônus	-	6.883.795	-	6.883.795
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	1.789.418	-	1.789.418
Benefícios pós-emprego	-	364.002	-	364.002
Benefícios motivados pela cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Total da remuneração	6.407.199	17.592.801	693.817	24.693.817

¹ A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente. Valor previsto caso seja instalado o Conselho Fiscal no exercício corrente.

² Encargos sociais suportados pela Companhia.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 – Valores Anuais

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal ¹	Total
Nº total de membros	9,00	3,00	-	12,00
Nº de membros remunerados	9,00	3,00	-	12,00
Remuneração fixa anual, segregada em:				
Salário ou pró-labore	4.730.485	5.244.431	-	9.974.916
Benefícios diretos e indiretos	556.998	335.556	-	892.554
Remuneração por participações em comitês	-	-	-	-
Outros	881.667	1.790.393	-	2.672.060
Remuneração variável, segregada em:				
Bônus	-	3.463.657	-	3.463.657
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	1.816.527	-	1.816.527
Benefícios pós-emprego	-	266.009	-	266.009
Benefícios motivados pela cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-*	-	-

Total da remuneração	6.169.150	12.916.574	-	19.085.723
-----------------------------	------------------	-------------------	----------	-------------------

¹ A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente. O Conselho Fiscal não foi instalado na AGO de 2019.

² Encargos sociais suportados pela Companhia.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 – Valores Anuais				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal¹	Total
Nº total de membros	9,00	3,00	-	12,00
Nº de membros remunerados	9,00	3,00	-	12,00
Remuneração fixa anual, segregada em:				
Salário ou pró-labore	4.057.184	4.386.242	93.080	8.986.506
Benefícios diretos e indiretos	562.499	258.335	-	820.834
Remuneração por participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	1.012.064	-	1.012.064
Remuneração variável, segregada em:				
Bônus	-	4.417.048	-	4.417.048
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	1.725.677	-	1.725.677

Benefícios pós-emprego	-	246.752	-	246.752
Benefícios motivados pela cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	..*	-	-
Total da remuneração	5.069.683	12.046.119	93.080	17.208.881

¹ A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente. O Conselho Fiscal não foi instalado na AGO de 2018. O valor de salário ou pró-labore se refere ao período de janeiro a abril de 2018.

² Encargos sociais suportados pela Companhia.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 – Valores Anuais				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	3,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	9,00	3,00	3,00	15,00
Remuneração fixa anual, segregada em:				
Salário ou pró-labore	4.057.681	3.633.025	358.769	8.049.475
Benefícios diretos e indiretos	473.982	241.710	-	715.693
Remuneração por participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	627.925	-	627.925
Remuneração variável, segregada em:				
Bônus	-	3.943.811	-	3.943.811

Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	1.187.646	-	1.187.646
Benefícios pós-emprego	-	236.631	-	236.631
Benefícios motivados pela cessação do cargo	-	-	-	1.116.615
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-*	-	-
Total da remuneração	4.531.663	9.870.748	358.769	14.761.179

¹ A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente. O Conselho Fiscal foi instalado na AGO de 2017.

² Encargos sociais suportados pela Companhia.

13.3. Remuneração variável dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2020)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal ⁽¹⁾	Total
Número de membros	-	4	-	4
Número de membros remunerados	-	4	-	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.966.798	-	1.966.798
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	6.883.795	-	6.883.795

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2020)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal ⁽¹⁾	Total
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	4.916.996	-	4.916.996
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

¹ A Companhia possui conselho fiscal de funcionamento não permanente. Valor previsto caso seja solicitada a instalação do Conselho Fiscal no exercício corrente.

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	3	-	3
Número de membros remunerados	-	3	-	3
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.492.152	-	2.007.749
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	5.222.531	-	4.417.047
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	3.730.379	-	4.684.747
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	3.463.657	-	3.463.657
Participação nos resultados				

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	3	-	3
Número de membros remunerados	-	3	-	3
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	2.007.749	-	2.007.749
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.417.047	-	4.417.047
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	4.684.747	-	4.684.747
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	4.417.047	-	4.417.047
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	3	-	3
Número de membros remunerados	-	3	-	3
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.863.217	-	1.863.217
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.347.508	-	4.347.508
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	3.105.363	-	3.105.363
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	3.943.810	-	3.943.810
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	3	-	3
Número de membros remunerados	-	3	-	3
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	2.031.768	-	2.031.768
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.740.792	-	4.740.792
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	3.386.280	-	3.386.280
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	4.402.164	-	4.402.164
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

1) Plano Opção de Compra de Ações

a) termos e condições gerais

A Companhia possui um Plano de Opção de Compra de Ações (o “Plano”), aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2009 e alterado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de maio de 2014.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por administrar o Plano, com amplos poderes para sua organização, observadas as condições gerais do Plano.

Para fazer frente ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano, a Companhia poderá utilizar-se de novas ações a serem emitidas por meio de aumento de capital, bem como de ações mantidas em tesouraria.

O Conselho de Administração criará, no âmbito do Plano e em conformidade com as necessidades da Companhia, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações (os “Programas”), nos quais serão definidos: (i) os beneficiários; (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga e, eventualmente, a divisão em lotes; (iii) o preço de exercício; (iv) o prazo de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida, os períodos para o exercício das opções e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão; (v) eventuais restrições à disponibilidade das ações recebidas pelo exercício da opção; e (vi) quaisquer termos e condições que não sejam contrários às diretrizes estabelecidas no Plano.

São elegíveis para participar do Plano os gestores da Companhia e de suas controladas que participem do programa de incentivo de Participação nos Resultados, conforme definido abaixo. Para de fato receberem as opções de compra de ações no âmbito do Plano e dos respectivos Programas, os gestores (“Beneficiários”) deverão destinar parcela da gratificação anual paga pela Companhia, referente ao ano anterior, a título de participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes (“Participação nos Resultados”), para aquisição, em bolsa de valores, de ações de emissão da Companhia (“Ações Próprias”) e nos percentuais definidos em cada Programa. É importante esclarecer que a destinação da Participação nos Resultados para aquisição de Ações Próprias é uma faculdade do Beneficiário.

Os membros do Conselho de Administração não são beneficiários do Plano.

Até a presente data, por meio dos Programas já lançados, a Companhia adotou o modelo descrito abaixo para suas outorgas de opções.

Os beneficiários deverão destinar 75%, 50% ou 25% da Participação nos Resultados paga pela Companhia para a aquisição de ações próprias (“Porcentagem da Participação nos Resultados”). A Porcentagem da Participação nos Resultados destinada para aquisição de Ações Próprias determinará os números de opções que terá direito a exercer. Caso o Beneficiário deixe de destinar a Porcentagem da Participação nos Resultados à aquisição de Ações Próprias, não fará jus ao recebimento das opções.

Para o Quinto Programa, último programa aberto, o Conselho de Administração decidiu outorgar ao beneficiário, nos termos da Cláusula 3.2.1 do Plano de Opção de Compra de Ações, um número de opções equivalente a 25% da sua Participação nos Resultados, de acordo com a formula abaixo, sem a contrapartida de aquisição em bolsa de valores de

ações próprias. O participante que decidir investir os percentuais do seu PRP, além dos 25% mencionados acima, receberá opções adicionais de acordo com a fórmula abaixo.

A Porcentagem da Participação nos Resultados deverá ser definida livremente pelo Beneficiário e utilizadas para aquisição das Ações Próprias, dentro dos prazos determinados nos respectivos Programas e nos limites dispostos acima, e posteriormente comprovada à Companhia, mediante apresentação da respectiva nota de corretagem.

Qualquer valor destinado pelo Beneficiário à aquisição de Ações Próprias, acima dos percentuais definidos de 75%, 50% e 25%, será desconsiderado, sendo o valor destinado sempre arredondado, de maneira a considerar sempre o percentual de destinação imediatamente abaixo.

Decorrido os prazos mencionados acima, o número de opções que cada Beneficiário terá direito será definido mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$O = (B * M) / P$$

Onde:

“O”: número de opções outorgadas ao Beneficiário;

“B”: valor, em reais, da Participação nos Resultados destinado pelo Beneficiário à aquisição de Ações Próprias;

“M”: múltiplo sobre o valor da Participação nos Resultados destinado à aquisição de Ações Próprias, definido conforme as especificações abaixo; e

“P”: preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da B3, imediatamente subsequentes ao término do prazo para a compra das Ações Próprias.

O múltiplo “M” mencionado acima terá um valor numérico fixo para cada Beneficiário, que será o seguinte:

- (i) se o Beneficiário tiver destinado 75% da Participação nos Resultados para aquisição de Ações Próprias, “M” será equivalente a 2,0;
- (ii) se o Beneficiário tiver destinado 50% da Participação nos Resultados para aquisição de Ações Próprias, “M” será equivalente a 1,5; e
- (iii) se o Beneficiário tiver destinado 25% da Participação nos Resultados para aquisição de Ações Próprias, “M” será equivalente a 1,0.

Uma vez definido o número de opções, conforme os critérios mencionados acima, o Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações (o “Contrato”), a ser celebrado com cada

Beneficiário. O Contrato deverá definir o número de ações que o Beneficiário de fato terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício das opções, bem como o preço por ação e quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano ou o respectivo Programa.

O preço de exercício das opções será equivalente ao preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da B3, imediatamente anteriores à data inicial para a aquisição das Ações Próprias, a ser estabelecida no Programa, podendo ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração em cada Programa.

A aquisição das opções objeto do Plano deverá ser realizada mediante pagamento em até 5 dias úteis após a data da efetiva transferência das ações, em moeda corrente nacional por meio de: (i) cheque nominal à Companhia; (ii) transferência bancária para conta indicada pela Companhia; ou (iii) qualquer outra forma de pagamento expressamente permitida pela Companhia e previamente comunicada ao Beneficiário, por escrito.

Adicionalmente, conforme os Programas lançados até a presente data, as opções são divididas em 3 lotes anuais iguais, em termos de quantidade de opções, exercíveis, respectivamente, em 2, 3 e 4 anos contados da data do início de cada Programa. Terminado o correspondente prazo de carência, cada Lote Anual poderá ser exercido, total ou parcialmente, numa única ou em diversas ocasiões, e a qualquer tempo, pelo prazo final e extintivo de 3 anos, mediante notificação à Companhia, a cada exercício, com prazo de antecedência de 10 dias. Após o decurso deste prazo, o Beneficiário perderá o direito ao exercício das opções do lote anual correspondente, sem direito a indenização.

No tocante à transferência de ações no âmbito do Plano, salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração, caso o Beneficiário venda, transfira ou, de qualquer forma, aliene as Ações Próprias, em quantidade superior ou não proporcional as opções já exercidas que lhe foram outorgadas, caducarão, sem direito a qualquer indenização, todas as opções ainda não exercidas, estejam elas livres para exercício ou não. O disposto acima também se aplica caso o Beneficiário onere as Ações Próprias ou institua sobre elas qualquer gravame que possa impedir a execução do disposto neste Plano.

Já, no tocante das ações subscritas ou adquiridas em virtude do exercício das opções, estas estarão livres e desembaraçadas para alienação a qualquer momento, a partir da sua data de aquisição.

b) principais objetivos do plano

Conforme definido, no Capítulo I do Plano, os principais objetivos são:

- Estimular a expansão da Companhia de forma a atingir as metas empresariais estabelecidas, mediante a criação de incentivos que visem uma maior integração de seus empregados, na qualidade de acionistas da Companhia;
- Possibilitar à Companhia a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, nos termos, condições e formas previstos no Plano; e
- Promover o bom desempenho da Companhia e dos interesses de seus acionistas mediante um comprometimento de longo prazo por parte de seus administradores e empregados.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano contribui para os objetivos apresentados no item “b” acima, por meio do maior alinhamento dos objetivos pessoais e financeiros dos beneficiários com os objetivos de longo prazo da Companhia e de seus acionistas.

O retorno do capital investido pelos beneficiários no âmbito do Plano fica intimamente ligado ao bom desempenho da Companhia, dado que para participar do Plano os Beneficiários devem comprometer parte da gratificação anual na compra de ações da Companhia em bolsa de valores e, ainda, o exercício das opções se mostra vantajosa com a valorização das ações de emissão da Companhia.

d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano e as outorgas de opções realizadas em seu âmbito integram a política de remuneração da Companhia de maneira a balancear a composição da remuneração de seus executivos entre diferentes indicadores e componentes relacionados com o desempenho de curto, médio e longo prazo, ao vincular parte dos possíveis ganhos dos executivos ao desempenho da Companhia no longo prazo, seja pelo ganho decorrente da valorização das ações, seja pela possibilidade de exercício das opções em condições mais vantajosas se comparadas ao valor das ações negociadas em bolsa. Desta forma, a Companhia reforça a meta dos executivos de criar valor para seus acionistas, alinhando o objetivo de sua política de remuneração com as perspectivas dos investidores.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A estratégia de remuneração como um todo tem por objetivo reforçar o alinhamento dos interesses dos administradores e dos acionistas, no horizonte de tempo que vai do médio ao longo prazo, especialmente ao condicionar o exercício das opções ao decurso do prazo de carência. Assim, os ganhos para as partes estão fortemente vinculados à entrega de resultados e à valorização dos negócios da Companhia ao longo do tempo,

servindo para estimular a geração de resultados desde o curto prazo, e com efeitos agregados para o longo prazo.

Ao mesmo tempo, a possibilidade de ganhos acima da média de mercado atrai e retém os profissionais desejados pela organização, contribuindo para sua permanência durante os prazos aplicáveis.

f) número máximo de ações abrangidas

As opções outorgadas no âmbito do Plano não poderão ultrapassar, durante o prazo de vigência deste, o limite máximo de 5% do total de ações do capital social da Companhia, a qualquer tempo, considerando-se neste total o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária da Companhia. Sendo assim, a quantidade de opções outorgadas está atrelada ao limite de diluição descrito no item “f” acima.

h) condições de aquisição de ações

Após o recebimento da Participação nos Resultados, o Beneficiário deverá destinar parte do valor recebido à aquisição de Ações Próprias, nos termos de cada Programa. Uma vez comprovada tal aquisição, mediante apresentação da respectiva nota de corretagem, o Beneficiário terá então direito ao recebimento das opções, na quantidade definida pelo Conselho de Administração. Cada Programa deverá definir, dentre outros, os prazos de carência que deverão ser respeitados, bem como se as opções serão ou não divididas em lotes.

Para o exercício das opções, cada beneficiário deverá comunicar à Companhia ou à controlada em que desempenhe suas funções, conforme o caso, por escrito, sobre a sua decisão de exercer a opções, com antecedência mínima de 10 dias da data de exercício.

Quando decorrido o respectivo prazo de carência e informado a Companhia nos termos acima, o Beneficiário deverá pagar o preço de exercício, determinado nos termos do Plano e respectivo Programa, em até 5 dias úteis após a data da efetiva transferência das ações pela Companhia, em moeda corrente nacional por meio de: (i) cheque nominal à Companhia; (ii) transferência bancária para conta indicada pela Companhia; ou (iii) qualquer outra forma de pagamento expressamente permitida pela Companhia e previamente comunicada ao Beneficiário, por escrito.

Até a presente data, nos termos do Programas já lançados, a partir do 2º ano das aquisições das ações próprias no mercado o Beneficiário terá o direito de adquirir da tesouraria da Companhia 1/3 das opções a que ele tem direito, conforme as regras do Programa, ao preço de exercício estabelecido quando da compra das ações próprias,

corrigidos pelo IPCA. Essa mesma regra será aplicada anualmente até que se complete os 3/3 das opções.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

As Ações Próprias serão adquiridas pelo Beneficiário em bolsa de valores a preços de mercado.

Já o preço de exercício das opções é calculado pelo valor médio das ações da Companhia nos 20 pregões da B3, imediatamente anteriores à data inicial para a aquisição das Ações Próprias, a ser estabelecida no Programa, podendo ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração em cada Programa.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

Segundo o Plano, o Conselho de Administração deverá estabelecer os prazos de carência de cada outorga nos Programas a serem lançados.

Nos termos dos Programas já lançados, as opções serão divididas em 3 lotes anuais iguais, em termos de quantidade de opções, exercíveis, respectivamente, em 2, 3 e 4 anos contados da data de cada Programa. Terminado o correspondente prazo de carência, cada lote anual poderá ser exercido, total ou parcialmente, numa única ou em diversas ocasiões, e a qualquer tempo, pelo prazo final e extintivo de 3 anos, mediante notificação à Companhia, a cada exercício, com prazo de antecedência de 10 dias. Após o decurso deste prazo, o Beneficiário perderá o direito ao exercício das opções do lote anual correspondente, sem direito a indenização.

k) forma de liquidação

Para fazer frente ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano, a Companhia poderá utilizar-se de novas ações a serem emitidas por meio de aumento de capital, bem como de ações mantidas em tesouraria.

As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados nos Programas e nos respectivos Contratos.

Para o exercício das opções, cada Beneficiário deverá comunicar à Companhia ou à controlada em que desempenhe suas funções, conforme o caso, por escrito, sobre a sua decisão de exercer a opções, com antecedência mínima de 10 dias da data de exercício.

Nos termos do Plano, o Beneficiário deverá pagar o preço de exercício em até 5 dias úteis após a data da efetiva transferência das ações pela Companhia, em moeda corrente nacional por meio de: (i) cheque nominal à Companhia; (ii) transferência bancária para conta indicada pela Companhia; ou (iii) qualquer outra forma de pagamento expressamente permitida pela Companhia e previamente comunicada ao Beneficiário, por escrito.

Os Beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas em geral e àquelas estabelecidas pela Companhia.

l) restrições à transferência das ações

Salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração, caso o Beneficiário venda, transfira ou, de qualquer forma, aliene as Ações Próprias, em quantidade superior ou não proporcional as opções já exercidas, caducarão, sem direito a qualquer indenização, todas as opções ainda não exercidas, estejam elas livres para exercício ou não. Após o exercício das opções outorgadas ao Beneficiário, as Ações Próprias ficarão livres e desembaraçadas de forma proporcional as opções exercidas, para alienação a qualquer tempo. O disposto acima também se aplica caso o Beneficiário onere as Ações Próprias ou institua sobre elas qualquer gravame que possa impedir a execução do disposto no Plano.

As Ações subscritas ou adquiridas em virtude do exercício das opções, estarão livres e desembaraçadas para alienação a qualquer momento, a partir da sua data de aquisição.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, sempre observado o disposto abaixo: (i) alterar ou extinguir o Plano, no interesse da Companhia; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos; e (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes.

Não obstante o disposto acima, nenhuma decisão do Conselho de Administração poderá, excetuados os ajustamentos permitidos pelo Plano, aumentar o limite total das ações que possam ser conferidas pelo exercício de opções outorgadas, conforme definido no item “f” acima, nem alterar ou prejudicar quaisquer direitos ou obrigações de qualquer acordo ou outorga existente sobre opção de compra sem o consentimento do Beneficiário.

Na hipótese de transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em qualquer caso, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, as opções dos Programas em vigência, a critério do Conselho de Administração, poderão ser transferidas para a companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados, por determinado prazo, para que possam ser exercidas pelo Beneficiário. Após o referido prazo, o Plano terminará e todas as opções outorgadas não exercidas caducarão sem direito à indenização.

Na hipótese de dissolução ou liquidação da Companhia, os Beneficiários poderão exercer suas opções, que já possam ser exercidas, no período compreendido entre a data da convocação da assembleia geral de acionistas que tiver por objeto deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia e a data de realização da mesma. Após

a realização desta, tais opções, bem como o Plano, Programas e Contratos vigentes, serão todos extintos.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Salvo decisão em contrário do Conselho de Administração, no caso de término do contrato de trabalho ou do mandato do Beneficiário por iniciativa da Companhia, sem justa causa, caducarão, sem aviso prévio nem qualquer indenização, todas as opções outorgadas cujo prazo de carência ainda não tenha decorrido. Neste caso, o Beneficiário terá o direito de exercer as opções cujos prazos de carência já tenham decorrido, no prazo de 30 dias.

Salvo decisão em contrário do Conselho de Administração, no caso de término do contrato de trabalho ou do mandato do Beneficiário por iniciativa da Companhia, por justa causa, ou por iniciativa do Beneficiário, caducarão, sem aviso prévio nem indenização, todas as opções outorgadas e ainda não exercidas, tendo ou não decorrido os respectivos prazos de carência.

Se o Beneficiário falecer ou tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função na Companhia, as opções cujo prazo de carência já tenha decorrido poderão ser exercidas pelo Beneficiário ou por seus herdeiros e sucessores, conforme o caso, por um período de 1 ano a contar da data do óbito ou invalidez permanente. Já as opções cujo prazo de carência ainda não tenha decorrido caducarão sem direito a indenização.

Nesse caso, as Ações Próprias de titularidade do Beneficiário ficarão livres e desembaraçadas para venda a qualquer momento.

Salvo decisão em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de aposentadoria do Beneficiário, caducarão, sem aviso prévio nem qualquer indenização, todas as opções cujo prazo de carência ainda não tenha decorrido. Neste caso, o Beneficiário terá o direito de exercer as opções cujos prazos de carência já tenham decorrido, no prazo de 90 dias a contar da data de aposentadoria, ou até o término do prazo para o exercício da opção, se restar prazo inferior a 90 dias.

Ressalta-se que nos exercícios de 2018, 2017 e 2016 não houve outorga para a Diretoria Estatutária.

2) Plano de Incentivo de Longo Prazo

a) termos e condições gerais

A Companhia possui um Plano de Incentivo de Longo Prazo ("ILP"), aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual configura o pagamento de um prêmio a determinados executivos da Companhia.

São elegíveis para participar do ILP os principais gestores da Companhia e de suas controladas, conforme determinação do Conselho de Administração. Atualmente os membros do Conselho de Administração não são beneficiários do Plano.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por administrar o ILP, com amplos poderes para sua organização, observadas as condições gerais do ILP.

De acordo com os termos do ILP, o Conselho de Administração criará Programas, periodicamente, no âmbito do Plano e em conformidade com os planos estratégicos da Companhia, nos quais serão definidos: (i) os Beneficiários; (ii) o valor de referência do prêmio que o Beneficiário fará jus; (iii) os prazos e condições para o recebimento do prêmio; e (v) demais termos, condições e restrições aplicáveis ao respectivo Programa, que não sejam contrários às diretrizes gerais do Plano.

O valor do prêmio será fixado da seguinte forma: (a) o Conselho de Administração fixará, a seu critério, para cada outorgado, um número (“Fator Referencial”) que, após multiplicado pelo montante do salário bruto mensal do Beneficiário, será dividido pelo preço médio da ação de emissão da Companhia dos últimos 20 (vinte) pregões anteriores ao período de oito dias que antecede a data da outorga do Programa; e (b) as unidades resultantes de tal divisão serão separadas, em dois grupos, conforme proporção definida pelo Conselho de Administração, sendo o primeiro grupo denominado *Restricted Stock Units* (“RSU”) e o segundo grupo denominado *Performance Shares* (“PS”).

Frise-se que o Fator Referencial relativo aos administradores da Companhia será fixado pelo Conselho de Administração observando-se o montante global da remuneração dos administradores estabelecido pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Programas, as RSUs serão liquidadas em três tranches distintas, sendo: (a) 33,4% das RSUs liquidadas até o dia 30 de abril do ano em que a data de outorga completar o seu 2º aniversário; (b) 33,3% das RSUs liquidadas até o dia 30 de abril do ano em que a data de outorga completar o seu 3º aniversário; e (c) 33,3% das RSUs liquidadas até o dia 30 de abril do ano em que a data de outorga completar o seu 4º aniversário.

O montante a ser pago ao beneficiário por cada RSU liquidada será equivalente ao preço médio ponderado das ações da Companhia negociadas nos 20 (vinte) pregões anteriores à data de liquidação aplicável.

Por sua vez, sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Programas, as PSs serão liquidadas até o dia 30 de abril do ano em que a data de outorga completar o seu 4º aniversário, ressalvado que as PSs somente serão devidas e pagas pela Companhia ao beneficiário de acordo com o atingimento das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração com base no ROIC médio apurado nos anos fiscais relativos ao respectivo Programa. As efetivas metas de ROIC e montantes devidos serão

estabelecidas pelo Conselho de Administração. O montante a ser pago ao Beneficiário por cada PS liquidada será equivalente ao preço médio ponderado das ações da Companhia negociadas nos 20 (vinte) pregões anteriores à data de liquidação aplicável.

O pagamento dos montantes referentes à liquidação das RSUs ou PSs serão realizados pela Companhia exclusivamente em moeda corrente, não havendo pagamento mediante entrega de ações de emissão da Companhia.

b) principais objetivos do plano

Os objetivos principais do ILP são os seguintes:

(a) promover o bom desempenho da Companhia e o atendimento dos interesses de seus acionistas por meio de um comprometimento de longo prazo pelos administradores e empregados da Companhia;

(b) possibilitar à Companhia a manutenção de seus principais profissionais, assim como a atração de novos talentos; e

(c) alinhar a remuneração e benefícios outorgados aos administradores e empregados da Companhia (i) com a performance das ações de emissão da Companhia na bolsa de valores em que são negociadas; e (ii) com a performance econômico-financeira da Companhia.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

O ILP contribui para os objetivos apresentados no item “b” acima, por meio do maior alinhamento dos objetivos pessoais e financeiros dos beneficiários com os objetivos de longo prazo da Companhia e de seus acionistas. O recebimento do prêmio pelos beneficiários no âmbito do ILP fica atrelado ao bom desempenho da Companhia, particularmente no que se refere à valorização das ações da Companhia e de atingimento das metas de ROIC.

d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano e as outorgas de opções realizadas em seu âmbito integram a política de remuneração da Companhia de maneira a balancear a composição da remuneração de seus executivos entre diferentes indicadores e componentes relacionados com o desempenho de curto, médio e longo prazo, ao vincular parte dos possíveis ganhos dos executivos ao desempenho da Companhia no longo prazo. Desta forma, a Companhia reforça a meta dos executivos de criar valor para seus acionistas, alinhando o objetivo de sua política de remuneração com as perspectivas dos investidores.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A estratégia de remuneração como um todo tem por objetivo reforçar o alinhamento dos interesses dos administradores e dos acionistas, no horizonte de tempo que vai do

médio ao longo prazo, especialmente ao condicionar o recebimento do ILP ao decurso do prazo de carência e atingimento das metas de ROIC. Assim, os ganhos para as partes estão fortemente vinculados à entrega de resultados e à valorização dos negócios da Companhia ao longo do tempo, servindo para estimular a geração de resultados desde o curto prazo, e com efeitos agregados para o longo prazo.

Ao mesmo tempo, a possibilidade de ganhos acima da média de mercado atrai e retém os profissionais desejados pela organização, contribuindo para sua permanência durante os prazos aplicáveis.

f) número máximo de ações abrangidas

O ILP não abrange ações da companhia, trata-se do pagamento de um prêmio em moeda corrente, na forma de RSU e PS, conforme descritas no item a) acima.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

O ILP não envolve outorga de opções aos administradores da Companhia, trata-se do pagamento de um prêmio em moeda corrente, na forma de RSU e PS, conforme descritas no item a) acima.

h) condições de aquisição de ações

O ILP não envolve aquisição de ações pelos administradores da Companhia, trata-se do pagamento de um prêmio em moeda corrente, na forma de RSU e PS, conforme descritas no item a) acima.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O ILP não envolve preço de aquisição ou exercício para aquisição de ações pelos administradores da Companhia, trata-se do pagamento de um prêmio em moeda corrente, na forma de RSU e PS, conforme descritas no item a) acima.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

De forma a alinhar a performance dos administradores da Companhia aos resultados da Companhia no longo prazo, o ILP estabelece que as RSUs serão liquidadas em três tranches distintas, de um terço cada, liquidadas até 30 de abril do ano em que a data de outorga completa o seu 2º, 3º e 4º aniversários, respectivamente. As PSs serão liquidadas até 30 de abril do ano em que a data de outorga completa o seu 4º aniversário.

k) forma de liquidação

O pagamento dos montantes referentes à liquidação das RSUs ou PSs serão realizados pela Companhia exclusivamente em moeda corrente, não havendo pagamento mediante entrega de ações de emissão da Companhia.

l) restrições à transferência das ações

Não há transferência de ações no âmbito do ILP.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não há critérios ou eventos específicos que quando observados ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano. Todavia, o Conselho de Administração da Companhia, órgão responsável pela administração do plano, poderá a seu critério alterar ou extinguir o plano. O plano tem prazo de vigência de 10 (dez) anos contados de abril de 2016.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Salvo decisão em contrário do Conselho de Administração: (i) no caso de término do contrato de trabalho ou do mandato do beneficiário, caducarão todas as RSUs e PSs outorgadas ao beneficiário em questão. No entanto, se o beneficiário se aposentar, deixando de exercer suas atividades na Companhia, as RSUs a ele outorgadas serão devidas proporcionalmente ao tempo em que seu contrato de trabalho ou mandato permaneceu em vigor; se o beneficiário falecer ou tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função, as RSUs a ele outorgadas serão devidas em sua totalidade; e (ii) as PSs somente serão devidas e pagas na medida em que os respectivos beneficiários permaneçam continuamente vinculados à Companhia, pelo período compreendido entre a data de outorga e data de liquidação aplicável.

13.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Plano de Opção de Compra de Ações:

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social de 31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
		2019	2018	2017
Número de membros	N/A	4*		
Número de membros remunerados	N/A	4*		
Outorga de opção de compras de ações				
Data de outorga	N/A	2019	2018	2017
Quantidade de opções outorgadas	-	-	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício				

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social de 31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga				
	2018	2017	2016	
	N/A	N/A	N/A	
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas				
	2018	2017	2016	
	N/A	N/A	N/A	

* Número de membros previsto para o exercício social de 2019.

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social de 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Número de membros	-	3		
Número de membros remunerados	-	3		
Outorga de opção de compras de ações				
Data de outorga	N/A	2019	2018	2017
Quantidade de opções outorgadas	-	-	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga				
	2019	2018	2017	
	N/A	N/A	N/A	
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas				
	2019	2018	2017	
	N/A	N/A	N/A	

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social de 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Número de membros	-	3		
Número de membros remunerados	-	3		
Outorga de opção de compras de ações				
Data de outorga	N/A	2017	2016	2015
Quantidade de opções outorgadas	-	-	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga				
	2017	2016	2015	
	N/A	N/A	N/A	
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas				
	2017	2016	2015	
	N/A	N/A	N/A	

Plano de Incentivo de Longo Prazo:

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social de 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Número de membros	N/A	4*		
Número de membros remunerados	N/A	4*		
Outorga de RSUs e PSs				
Data de outorga	N/A	2019	2018	2017
Quantidade total de RSUs e PSs outorgadas	-	89.754	83.696	115.166
Prazo de liquidação das RSUs e PSs	N/A	RSUs 33,4% 16/03/2021 RSUs 33,3% 15/03/2022 RSUs 33,3% 15/03/2023 PSs 100% 15/03/2023	RSUs 33,4% 16/03/2020 RSUs 33,3% 15/03/2021 RSUs 33,3% 15/03/2022 PSs 100% 15/03/2022	RSUs 33,4% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 RSUs 33,3% 27/04/2021 PSs 100% 27/04/2021

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social de 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Prazo máximo para liquidação das RSUs e PSs	N/A	RSUs 33,4% 16/03/2021 RSUs 33,3% 15/03/2022 RSUs 33,3% 15/03/2023 PSs 100% 15/03/2023	RSUs 33,4% 16/03/2020 RSUs 33,3% 15/03/2021 RSUs 33,3% 15/03/2022 PSs 100% 15/03/2022	RSUs 33,4% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 RSUs 33,3% 27/04/2021 PSs 100% 27/04/2021
Prazo de restrição à transferência das RSUs e PSs	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício				
(a) Das RSUs e PSs em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(b) Das RSUs e PSs perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Das RSUs e PSs exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das RSUs e PSs na data da outorga				
2018		2017		2016
N/A		N/A		N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas				
2018		2017		2016
N/A		N/A		N/A

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social de 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Número de membros	-	3		
Número de membros remunerados	-	3		
Outorga de RSUs e PSs				
Data de outorga	N/A	2017	2016	2015
Quantidade total de RSUs e PSs outorgadas	-	115.166	117.980	-
Prazo de liquidação das RSUs e PSs	N/A	RSUs 33,4% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 RSUs 33,3% 27/04/2021 PSs 100% 27/04/2021	RSUs 33,4% 27/04/2018 RSUs 33,3% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 PSs 100% 27/04/2020	N/A
Prazo máximo para liquidação das RSUs e PSs	N/A	RSUs 33,4% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 RSUs 33,3% 27/04/2021	RSUs 33,4% 27/04/2018 RSUs 33,3% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020	N/A

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social de 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
		PSs 100% 27/04/2021	PSs 100% 27/04/2020	
Prazo de restrição à transferência das RSUs e PSs	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício				
(a) Das RSUs e PSs em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(b) Das RSUs e PSs perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Das RSUs e PSs exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das RSUs e PSs na data da outorga				
	2017	2016	2015	
	N/A	N/A	N/A	
Diluição potencial no caso do exercício de todas as RSUs e PSs outorgadas				
	2017	2016	2015	
	N/A	N/A	N/A	

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social de 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Número de membros	-	3		
Número de membros remunerados	-	3		
Outorga de RSUs e PSs				
Data de outorga	N/A	2017	2016	2015
Quantidade total de RSUs e PSs outorgadas	-	115.166	117.980	-
Prazo de liquidação das RSUs e PSs	N/A	RSUs 33,4% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 RSUs 33,3% 27/04/2021 PSs 100% 27/04/2021	RSUs 33,4% 27/04/2018 RSUs 33,3% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 PSs 100% 27/04/2020	N/A
Prazo máximo para liquidação das RSUs e PSs	N/A	RSUs 33,4% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 RSUs 33,3% 27/04/2021 PSs 100% 27/04/2021	RSUs 33,4% 27/04/2018 RSUs 33,3% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 PSs 100% 27/04/2020	N/A
Prazo de restrição à transferência das RSUs e PSs	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício				

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social de 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
		2017	2016	2015
(a) Das RSUs e PSs em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(b) Das RSUs e PSs perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Das RSUs e PSs exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das RSUs e PSs na data da outorga				
Diluição potencial no caso do exercício de todas as RSUs e PSs outorgadas				

13.6. Informações sobre as opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Plano de Opção de Compra de Ações:

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social de 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
		2019	2018	2017
Número de membros	-		3	
Número de membros remunerados	-		3	
Opções de compras de ações não exercíveis				
	N/A	2019	2018	2017
Quantidade	-	-	-	-
Data em que serão exercíveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Opções de compras de ações exercíveis				
Quantidade	-	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Ressalta-se que nos exercícios de 2019, 2018 e 2017 não houve outorga para a Diretoria Estatutária.

Plano de Incentivo de Longo Prazo:

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social de 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária			
Número de membros	-	3			
Número de membros remunerados	-	3			
Opções de compras de ações não exercíveis					
	N/A	2018	2017	2016	
Quantidade	-	127.156	115.166	117.980	
Data em que serão exercíveis	N/A	RSUs 33,4% 27/04/2020 RSUs 33,3% 27/04/2021 RSUs 33,3% 27/04/2022 PSs 100% 27/04/2022	RSUs 33,4% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 RSUs 33,3% 27/04/2021 PSs 100% 27/04/2021	RSUs 33,4% 27/04/2018 RSUs 33,3% 27/04/2019 RSUs 33,3% 27/04/2020 PSs 100% 27/04/2020	
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	27/04/2021	27/04/2021	27/04/2020	
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A	
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	
Opções de compras de ações exercíveis					
Quantidade	-	-	-	-	
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A	
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A	
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	

13.7. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos três últimos exercícios sociais:

Plano de Opção de Compra de Ações:

Remuneração baseada em ações no exercício social de 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	-	3
Número de membros remunerados	-	3
Opções de compra de ações exercidas		
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de aquisição*	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

Remuneração baseada em ações no exercício social de 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	-	3
Número de membros remunerados	-	3
Opções de compra de ações exercidas		
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de aquisição*	N/A	N/A

Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A
---	-----	-----

Remuneração baseada em ações no exercício social de 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	-	3
Número de membros remunerados	-	3
Opções de compra de ações exercidas		
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de aquisição*	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

*Ações que o participante do plano teve que comprar no mercado para poder participar do Plano de Opção de Compra de Ações, conforme as regras do Plano.

Ressalta-se que nos exercícios de 2019, 2018 e 2017 não houve outorga para a Diretoria Estatutária.

Plano de Incentivo de Longo Prazo:

As informações solicitadas neste item 13.7 não se aplicam ao Plano de Incentivo de Longo Prazo.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 acima, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

1) Plano Opção de Compra de Ações

a) Modelo de precificação

Para a mensuração do valor justo das opções de compra de ações, a Companhia utiliza o modelo matemático de Black & Scholes, o qual considera as premissas matemáticas elencadas abaixo.

b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Data de cálculo

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções outorgadas devem ser avaliadas na data da respectiva outorga (no caso, a data de aprovação do Programa correspondente).

Preço médio ponderado das ações

O preço das ações da Companhia considerado como base no cálculo do valor das respectivas opções é o Valor de Mercado base para cálculo dos preços de exercício.

Preço de exercício

O preço de exercício nas outorgas foi corrigido monetariamente pela variação do índice IPCA. De modo a incorporar essa condição contratual, o preço de exercício foi corrigido periodicamente ao longo do período, de modo que no momento do exercício o valor desembolsado se refere ao montante corrigido, até o instante em que as regras correspondentes foram aplicadas.

Volatilidade Esperada

Para o cálculo da volatilidade esperada foi utilizado o desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações da Companhia.

Prazo de vida da opção

O prazo contratual de todos os Programas já lançados até a presente data para exercício das opções é de 3 anos a contar da data em que se tornaram exercíveis, ou seja, além do prazo de carência.

Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos)

A taxa de distribuição de dividendos representa a razão entre o dividendo por ação pago em determinado período e o preço da ação no mercado. Essa variável foi calculada a partir do histórico de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio da Companhia.

Taxa de juros livre de risco

As taxas livres de risco foram obtidas junto a B3 (taxa *swap* DI x Pré), de acordo com o prazo de vencimento da opção.

Os elementos para o cálculo utilizando o modelo matemático de Black & Scholes em, encontram-se na tabela abaixo:

Descrição das premissas	Indicadores		
	Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia		
	Programa 2019	Programa 2018	Programa 2017
Preço médio ponderado das ações	N/A	N/A	N/A
Preço de exercício	N/A	N/A	N/A
Volatilidade esperada	N/A	N/A	N/A
Prazo de vida da opção	N/A	N/A	N/A
	N/A	N/A	N/A
	N/A	N/A	N/A
Dividendos esperados	N/A	N/A	N/A
Taxa de juros livre de risco	N/A	N/A	N/A
	N/A	N/A	N/A
	N/A	N/A	N/A

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não há.

d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Cálculo do desvio padrão das cotações diárias dos últimos 7 anos, contados desde 1º de janeiro de 2009 até 30 de dezembro de 2015.

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não houve incorporação de outra característica das opções na mensuração de seu valor justo.

2) Plano de Incentivo de Longo Prazo

Considerando que o Plano de Incentivo de Longo Prazo não envolve liquidação em ações, o disposto nos itens a) a e) do item 13.8 não se aplica ao caso.

13.9. Informação sobre a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Órgão	Qtd. Ações Ordinárias	%
Conselho de Administração	11.135.200	7,24%
Diretoria Estatutária	29.886	0,02%
Total	11.165.086	7,26%

13.10. Informações sobre planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

	Conselho de Administração	Diretoria
Número de membros	-	3
Nome do plano	-	Brasil Prev Seguros e Previdências S.A. (contribuição definida)
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	Não há administrador em condições de se aposentar.
Condições para se aposentar antecipadamente	-	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	1.863.744
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	266.009
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	Não há possibilidade

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, para os três últimos exercícios sociais:

	Diretoria Estatutária			Conselho Administração			Conselho Fiscal ¹		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	9,00	9,00	9,00	-	-	3,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	9,00	9,00	9,00	-	-	3,00
Valor da maior remuneração (Reais)	7.207.552	6.924.209	5.854.566	1.521.275	1.281.477	896.436	-	31.026	119.590
Valor da menor remuneração (Reais)	1.746.345	1.477.345	1.255.156	412.640	332.485	321.434	-	31.026	119.590
Valor médio da remuneração (Reais)	4.305.525	4.015.372	3.290.249	685.461	563.298	503.518	-	31.026	119.590

¹ O Conselho Fiscal não foi instalado nas AGOs de 2019 e 2018. O valor de salário ou pró-labore no exercício social de 2018 se refere ao período de janeiro a abril de 2018.

13.12. Descrição de arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação aos três últimos exercícios sociais:

Não aplicável.

13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos três últimos exercícios sociais:

Não houve, em relação aos três últimos exercícios sociais, qualquer valor reconhecido no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia por qualquer razão que não a função que ocupavam.

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação aos três últimos exercícios sociais:

Não houve, em relação aos três últimos exercícios sociais, qualquer valor reconhecido no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

13.16. Outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.

4. CONSIDERANDO A INCLUSÃO DE CANDIDATOS PARA COMPOR O CONSELHO FISCAL NO BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA POR SOLICITAÇÃO DE ACIONISTAS NA FORMA DA REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL, DECIDIR SOBRE A INSTALAÇÃO DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, ou seja, tal órgão funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas que representem, no mínimo, o percentual de ações necessário ao pedido de instalação conforme definido na regulamentação aplicável. No caso da Companhia, o percentual mínimo de participação acionária requerido corresponde a 2% (dois por cento), conforme o disposto na Instrução CVM nº 324/00.

Conforme Aviso aos Acionistas divulgado nesta data, a Companhia recebeu solicitações de inclusão de candidatos para compor o Conselho Fiscal no boletim de voto a distância, na forma do artigo 21-L da Instrução CVM nº 481/09, sinalizando que o Conselho Fiscal será instalado pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a que se refere esta Proposta.

A administração da Companhia entende que a instalação do Conselho Fiscal não se faz necessária em razão de sua consolidada estrutura de governança corporativa, que conta com Comitê de Auditoria Estatuário, de funcionamento permanente, desde dezembro de 2011, tendo o referido órgão estatutário sido estabelecido nos moldes da Instrução CVM nº 308/99 e, portanto, com maioria de membros independentes e atendendo aos demais requisitos previstos na referida norma. Ressalta-se também que a instalação do referido órgão implica em despesas adicionais para a Companhia correspondentes, no mínimo, ao valor da remuneração de seus membros e reembolso de suas despesas, tal como indicado no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** desta Proposta.

Não obstante, como mencionado acima, a decisão sobre a instalação ou não do Conselho Fiscal, quando de funcionamento não permanente, compete à assembleia geral a pedido de acionistas, observado o disposto no artigo 161 da Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM nº 324/00.

5. CASO O CONSELHO FISCAL SEJA INSTALADO, DELIBERAR SOBRE O SEGUINTE:

5.1. Fixar o número de membros a compor o Conselho Fiscal

De acordo com o Artigo 35 do Estatuto Social, o Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros e respectivos suplentes.

Considerando o disposto no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** desta proposta, visando a racionalização dos custos envolvidos com a instalação do Conselho Fiscal, propomos que, se instalado, o Conselho Fiscal da Companhia seja composto por 03 (três) membros titulares e respectivos suplentes, para o mandato que se encerrará na assembleia geral ordinária a realizar-se em 2021.

5.2. Eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal

Para a hipótese de o Conselho Fiscal da Companhia ser efetivamente instalado pela Assembleia Geral Ordinária a que se refere esta Proposta, informamos que certos acionistas, conforme indicado na tabela abaixo, solicitaram a inclusão no boletim de voto a distância de candidatos para concorrerem às vagas de membros titular e suplente do Conselho Fiscal da Companhia, na forma do artigo 21-L da Instrução CVM nº 481/09. Assim, tendo sido observados os percentuais mínimos de participação acionária a que se refere o Anexo 21-L-I da Instrução CVM nº 481/09, apresentamos a seguir o nome, a qualificação e demais informações dos candidatos para compor o Conselho Fiscal indicados pelos referidos acionistas, na forma da regulamentação em vigor, os quais foram incluídos no boletim de voto a distância:

Candidatos a membro titular	Candidatos a membro suplente	Indicados pelos seguintes acionistas que, em conjunto, representavam, na data da solicitação, mais de 1,5% das ações de emissão da Companhia
Antônio Carlos Foschini CPF: 093.905.538-49	Oscar Antônio Fontoura Becker 113.713.660-04	Dan Ioschpe, Gustavo Berg Ioschpe, G7 Cinema Ltda., Ivoncy Brochmann Ioschpe, Inova Investimentos Ltda., IBI Participações e Negócios S.A. e Leandro Kolodny
Maurício Diácoli CPF: 036.302.838-29	Luiz de Paiva Branco CPF 494.442.718-20	Dan Ioschpe, Gustavo Berg Ioschpe, G7 Cinema Ltda., Ivoncy Brochmann Ioschpe, Inova Investimentos Ltda., IBI Participações e Negócios S.A., e Leandro Kolodny

Reginaldo Ferreira Alexandre CPF: 003.662.402-03	Paulo Roberto Franceschi CPF: 171.891.289-72	Dan Ioschpe, Gustavo Berg Ioschpe, G7 Cinema Ltda., Ivoncy Brochmann Ioschpe, Inova Investimentos Ltda., IBI Participações e Negócios S.A., e Leandro Kolodny
William Cordeiro CPF: 092.197.196-65	Thiago Costa Jacinto CPF: 010.562.761-50	Fundos geridos pela Alaska Investimentos Ltda., indicados no <u>Anexo I</u> da presente Proposta
Ana Paulo Pinho Candeloro CPF: 103.816.778-77	Heloisa Belotti Bedicks CPF: 048.601.198-43	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil S.A. - PREVI e fundos geridos por BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB DTVM, indicados no <u>Anexo I</u> da presente Proposta

As informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos a membros do Conselho Fiscal da Companhia indicados pelos acionistas acima mencionados constam do Anexo I da presente Proposta.

5.3. Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal

Na hipótese de o Conselho Fiscal da Companhia vir a ser efetivamente instalado pela Assembleia Geral Ordinária a que se refere esta Proposta, visando a racionalização dos custos envolvidos com a instalação do referido órgão, propomos que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal seja fixada no valor mínimo previsto nos termos do artigo 162, § 3º, da Lei nº 6.404/76, para cada membro em exercício, ou seja, em 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for atribuída a cada diretor estatutário da Companhia, não computados eventuais benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Observa-se que, além da referida remuneração, os membros do Conselho Fiscal farão jus ao reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, nos termos da legislação aplicável.

* * * * *

**ANEXO I DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Seguem abaixo as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência relativamente aos candidatos a membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal, indicados por acionistas da Companhia, na forma da regulamentação em vigor, conforme descrito no Item 5 desta Proposta:

❖ **ANTÔNIO CARLOS FOSCHINI** – Candidato ao cargo de Conselheiro Fiscal **titular**, indicado por Dan Ioschpe, Gustavo Berg Ioschpe, G7 Cinema Ltda., Ivoncy Brochmann Ioschpe, Inova Investimentos Ltda., IBI Participações e Negócios S.A. e Leandro Kolodny.

12.5 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	Antônio Carlos Foschini
b. data de nascimento	18/09/1942
c. profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou número do passaporte	093.905.538-49
e. cargo eletivo ocupado	NÃO SE APLICA
f. data de eleição	NÃO SE APLICA
g. data da posse	NÃO SE APLICA
h. prazo do mandato	NÃO SE APLICA
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	NÃO SE APLICA
j. se foi eleito pelo controlador ou não	NÃO SE APLICA
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	NÃO SE APLICA
l. número de mandatos consecutivos	NÃO SE APLICA
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
<ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa 	(A) A. C. Foschini Contábil Ltda., setor contábil (B) Ioschpe-Maxion S.A., setor automotivo

<ul style="list-style-type: none"> cargo 	<p>(A) Administrador e sócio fundador (até o presente momento)</p> <p>(B) Membro do Comitê de Auditoria Estatutário (de abril 2015 a maio 2017)</p>
<ul style="list-style-type: none"> se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor 	<p>(A) Não</p> <p>(B) Trata-se do próprio emissor</p>
<p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Administrador da A. C. Foschini Contábil Ltda.</p>
<p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>	
<p>i. qualquer condenação criminal</p>	<p>NÃO</p>
<p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p>	<p>NÃO</p>
<p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p>NÃO</p>
<p>12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutário</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>

realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	
12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	NÃO SE APLICA
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	NÃO SE APLICA
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	NÃO SE APLICA
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	NÃO SE APLICA
12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	NÃO SE APLICA
b. controlador direto ou indireto do emissor	NÃO SE APLICA
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	NÃO SE APLICA

❖ **OSCAR ANTÔNIO FONTOURA BECKER** – Candidato ao cargo de Conselheiro Fiscal **suplente** do candidato Antônio Carlos Foschini, indicado por Dan Ioschpe, Gustavo Berg Ioschpe, G7 Cinema Ltda., Ivoncy Brochmann Ioschpe, Inova Investimentos Ltda., IBI Participações e Negócios S.A. e Leandro Kolodny.

12.5 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	Oscar Antônio Fontoura Becker
b. data de nascimento	24/05/1952

c. profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou número do passaporte	113.713.660-04
e. cargo eletivo ocupado	NÃO SE APLICA
f. data de eleição	NÃO SE APLICA
g. data da posse	NÃO SE APLICA
h. prazo do mandato	NÃO SE APLICA
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	NÃO SE APLICA
j. se foi eleito pelo controlador ou não	NÃO SE APLICA
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	NÃO SE APLICA
l. número de mandatos consecutivos	NÃO SE APLICA
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
<ul style="list-style-type: none"> nome e setor de atividade da empresa 	(A) lochpe-Maxion S.A., setor automotivo (B) Companhia lochpe, holding atualmente sem atividades
<ul style="list-style-type: none"> cargo 	(A) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (até junho 2016) e Consultor (até julho 2019) (B) Diretor (até o presente momento)
<ul style="list-style-type: none"> se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor 	(A) Trata-se do próprio emissor (B) Controlada por grupo de acionistas que detêm participação superior a 5% do capital do emissor
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Diretor da Companhia lochpe
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	NÃO
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	NÃO

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	NÃO
12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	NÃO SE APLICA
12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutário	NÃO SE APLICA
12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	NÃO SE APLICA
12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	NÃO SE APLICA
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	NÃO SE APLICA
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	NÃO SE APLICA
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	NÃO SE APLICA
12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	

b. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	NÃO SE APLICA
b. controlador direto ou indireto do emissor	NÃO SE APLICA
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	NÃO SE APLICA

❖ **MAURÍCIO DIÁCOLI** – Candidato ao cargo de Conselheiro Fiscal **titular**, indicado por Dan Ioschpe, Gustavo Berg Ioschpe, G7 Cinema Ltda., Ivoncy Brochmann Ioschpe, Inova Investimentos Ltda., IBI Participações e Negócios S.A. e Leandro Kolodny.

12.5 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	MAURÍCIO DIÁCOLI
b. data de nascimento	29/09/1960
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	036.302.838-29
e. cargo eletivo ocupado	NÃO SE APLICA
f. data de eleição	NÃO SE APLICA
g. data da posse	NÃO SE APLICA
h. prazo do mandato	NÃO SE APLICA
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	NÃO SE APLICA
j. se foi eleito pelo controlador ou não	NÃO SE APLICA
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	NÃO SE APLICA
l. número de mandatos consecutivos	NÃO SE APLICA
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	

<ul style="list-style-type: none"> nome e setor de atividade da empresa 	(A) LM Auditores e Associados e Organização Contábil LM, setor contábil (B) Iochpe-Maxion S.A., setor automotivo
<ul style="list-style-type: none"> cargo 	(A) Sócio fundador e administrador (até o presente momento) (B) Membro do Conselho Fiscal (até AGO de 2018)
<ul style="list-style-type: none"> se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor 	(A) Não (B) Trata-se do próprio emissor
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Administrador da LM Auditores e Associados e da Organização Contábil LM Participante do Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes (IBRACON)
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	NÃO
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	NÃO
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	NÃO
12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	NÃO SE APLICA

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutário	NÃO SE APLICA
12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	NÃO SE APLICA
12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	NÃO SE APLICA
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	NÃO SE APLICA
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	NÃO SE APLICA
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	NÃO SE APLICA
12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
c. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	NÃO SE APLICA
b. controlador direto ou indireto do emissor	NÃO SE APLICA
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	NÃO SE APLICA

❖ **LUIZ DE PAIVA BRANCO** – Candidato ao cargo de Conselheiro Fiscal **suplente** do candidato Maurício Diácoli, indicado por Dan Ioschpe, Gustavo Berg Ioschpe, G7 Cinema Ltda., Ivoncy Brochmann Ioschpe, Inova Investimentos Ltda., IBI Participações e Negócios S.A. e Leandro Kolodny.

12.5 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	Luiz de Paiva Branco
b. data de nascimento	08/08/1949
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	494.442.718-20
e. cargo eletivo ocupado	NÃO SE APLICA
f. data de eleição	NÃO SE APLICA
g. data da posse	NÃO SE APLICA
h. prazo do mandato	NÃO SE APLICA
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	NÃO SE APLICA
j. se foi eleito pelo controlador ou não	NÃO SE APLICA
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	NÃO SE APLICA
l. número de mandatos consecutivos	NÃO SE APLICA
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
<ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa 	(A) Lupa Consultoria Econômica S/S Ltda., setor de consultoria econômica (B) Grupo Biondi, setor de transporte de cargas (C) Ioschpe-Maxion S.A., setor automotivo
<ul style="list-style-type: none"> • cargo 	(A) Sócio proprietário e administrador (B) Diretor Presidente

	(C) Conselheiro Fiscal Suplente (até AGO de 2018)
<ul style="list-style-type: none"> se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor 	NÃO
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	NÃO
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	NÃO
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	NÃO
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	NÃO
12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	NÃO SE APLICA
12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutário	NÃO SE APLICA
12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	NÃO SE APLICA
12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	

a. administradores do emissor	NÃO SE APLICA
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	NÃO SE APLICA
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	NÃO SE APLICA
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	NÃO SE APLICA
12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	NÃO SE APLICA
b. controlador direto ou indireto do emissor	NÃO SE APLICA
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	NÃO SE APLICA

❖ **REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE** – Candidato ao cargo de Conselheiro Fiscal titular, indicado por Dan Ioschpe, Gustavo Berg Ioschpe, G7 Cinema Ltda., Ivoncy Brochmann Ioschpe, Inova Investimentos Ltda., IBI Participações e Negócios S.A. e Leandro Kolodny.

12.5 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	Reginaldo Ferreira Alexandre
b. data de nascimento	07/03/1959
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	003.662.402-03
e. cargo eletivo ocupado	NÃO SE APLICA

f. data de eleição	NÃO SE APLICA
g. data da posse	NÃO SE APLICA
h. prazo do mandato	NÃO SE APLICA
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	NÃO SE APLICA
j. se foi eleito pelo controlador ou não	NÃO SE APLICA
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	NÃO SE APLICA
l. número de mandatos consecutivos	NÃO SE APLICA
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
<ul style="list-style-type: none"> nome e setor de atividade da empresa 	(A) Banco Bradesco S.A., setor financeiro (B) Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, setor de utilidade pública (C) Ser Educacional S.A., setor de educação (D) CPFL Energia S.A., setor de utilidade pública (E) Mahle Metal Leve S.A., setor automotivo (F) Câmara Americana de Comércio (AMCHAM)
<ul style="list-style-type: none"> cargo 	(A) Membro Suplente do Conselho Fiscal (B) Membro Efetivo do Conselho Fiscal (C) Membro Efetivo do Conselho Fiscal (D) Membro Suplente do Conselho Fiscal (E) Membro do Conselho de Administração (F) Membro do Comitê Especial de Governança Corporativa da Câmara Americana de Comércio (Amcham)

<ul style="list-style-type: none"> • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor 	(A) a (F): NÃO
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e Vice Coordenador de Relações Institucionais do CPC, órgão formulador de normas contábeis brasileiras
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	NÃO
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	NÃO
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	NÃO
12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	NÃO SE APLICA
12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutário	NÃO SE APLICA
12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	NÃO SE APLICA

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. Administradores do emissor	NÃO SE APLICA
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	NÃO SE APLICA
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	NÃO SE APLICA
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	NÃO SE APLICA
12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	NÃO SE APLICA
b. controlador direto ou indireto do emissor	NÃO SE APLICA
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	NÃO SE APLICA

❖ **PAULO ROBERTO FRANCESCHI** – Candidato ao cargo de Conselheiro Fiscal **suplente** do candidato Reginaldo Ferreira Alexandre, indicado por Dan Ioschpe, Gustavo Berg Ioschpe, G7 Cinema Ltda., Ivoncy Brochmann Ioschpe, Inova Investimentos Ltda., IBI Participações e Negócios S.A. e Leandro Kolodny.

12.5 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	PAULO ROBERTO FRANCESCHI
b. data de nascimento	12/06/1951
c. profissão	Contador

d. CPF ou número do passaporte	171.891.289-72
e. cargo eletivo ocupado	NÃO SE APLICA
f. data de eleição	NÃO SE APLICA
g. data da posse	NÃO SE APLICA
h. prazo do mandato	NÃO SE APLICA
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	NÃO SE APLICA
j. se foi eleito pelo controlador ou não	NÃO SE APLICA
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	NÃO SE APLICA
l. número de mandatos consecutivos	NÃO SE APLICA
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
<ul style="list-style-type: none"> nome e setor de atividade da empresa 	<p>(A) EQUATORIAL Energia S.A., holding das empresas CELPA e CEMAR, ambas de distribuição de energia</p> <p>(B) CELPA Centrais Elétricas do Pará S.A., empresa de capital aberto e responsável pela distribuição de energia no Estado do Pará, empresa controlada da Equatorial</p> <p>(C) Companhia Energética do Maranhão – CEMAR, empresa de capital aberto com a concessão de distribuição de energia no Estado do Maranhão, empresa controlada da Equatorial</p> <p>(D) Triunfo Participações e Investimentos S.A., empresa de capital aberto holding de empresas que atuam na administração de concessões de rodovias, aeroportos</p> <p>(E) CESP Companhia Energética de São Paulo</p> <p>(F) SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná</p>
<ul style="list-style-type: none"> cargo 	(A) a (F): Conselheiro Fiscal

<ul style="list-style-type: none"> • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor 	NÃO
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	NÃO
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	NÃO
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	NÃO
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	NÃO
12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	NÃO SE APLICA
12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutário	NÃO SE APLICA
12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	NÃO SE APLICA
12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	NÃO SE APLICA

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	NÃO SE APLICA
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	NÃO SE APLICA
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	NÃO SE APLICA
12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	NÃO SE APLICA
b. controlador direto ou indireto do emissor	NÃO SE APLICA
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	NÃO SE APLICA

- ❖ **WILLIAM CORDEIRO** – Candidato ao cargo de Conselheiro Fiscal **titular**, indicado por Alaska Black Master Fia - Bdr Nivel I, Alaska Poland Fia - Bdr Nivel 1, Alaska Black Institucional Fia, Alaska 70 Icatu Prev Fife Fim, Alaska Black Advisory Xp Seguros Fife Previdencia Fim e Alaska Range Fundo De Investimento Multimercado, fundos geridos por Alaska Investimentos Ltda.:

12.5 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	William Cordeiro
b. data de nascimento	06/07/1991
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	092.197.196-65
e. cargo eletivo ocupado	N/A
f. data de eleição	N/A
g. data da posse	N/A
h. prazo do mandato	N/A
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	N/A
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim
l. número de mandatos consecutivos	N/A
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Alaska Investimentos / gestão financeira
• cargo	Analista renda variável
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	N/A

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	N/A
i. qualquer condenação criminal	N/A
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	N/A
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	N/A
12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	N/A
12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutário	N/A
12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	N/A
12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	N/A
a. administradores do emissor	N/A
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	N/A
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	N/A
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	N/A

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	N/A
a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	N/A
b. controlador direto ou indireto do emissor	N/A
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	N/A

- ❖ **THIAGO COSTA JACINTO** – Candidato ao cargo de Conselheiro Fiscal **suplente** do candidato William Cordeiro, indicado por Alaska Black Master Fia - Bdr Nivel I, Alaska Poland Fia - Bdr Nivel 1, Alaska Black Institucional Fia, Alaska 70 Icatu Prev Fife Fim, Alaska Black Advisory Xp Seguros Fife Previdencia Fim e Alaska Range Fundo De Investimento Multimercado, fundos geridos por Alaska Investimentos Ltda.:

12.5 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	Thiago Costa Jacinto
b. data de nascimento	08/09/1985
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	010.562.761-50
e. cargo eletivo ocupado	N/A
f. data de eleição	N/A
g. data da posse	N/A
h. prazo do mandato	N/A
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	N/A
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim

l. número de mandatos consecutivos	N/A
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
<ul style="list-style-type: none"> nome e setor de atividade da empresa 	Alaska Investimentos / gestão financeira
<ul style="list-style-type: none"> cargo 	Analista renda variável
<ul style="list-style-type: none"> se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor 	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Membro do Conselho de Administração da Unicasa S.A.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	N/A
i. qualquer condenação criminal	N/A
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	N/A
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	N/A
12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	N/A
12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutário	N/A
12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de	N/A

tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	
12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	N/A
a. administradores do emissor	N/A
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	N/A
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	N/A
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	N/A
12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	N/A
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	N/A
b. controlador direto ou indireto do emissor	N/A
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	N/A

- ❖ **ANA PAULA PINHO CANDELORO** – Candidata ao cargo de Conselheira Fiscal titular, indicada por Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil S.A. - PREVI e BB Ações Governança Fi, BB Previdência Ações Ibrx, Fundo De Investimento BB Terra Do Sol Fundo De Investimento Mm Credito Privado, BB Top Ações Exportação Fia, BB Top Ações Infraestrutura Fia, BB Top Ações Setorial Consumo Fi, BB Top Ações Small Caps Fdo De Investimento, BB Top Multi Lp Absoluto Fi Multimercado, Brasilprev Top Plus Fdo De Invest De Ações, BB Top Multi Moderado Lp Fdo De Invest Mult, BB Top Ações Valor Fundo De Inv Em Acoes, BB Top Ações Setorial Siderurgia Fi, BB Top Ações Multisetorial Ativo Fi, BB Top Ações Ibrx Indexado Fi, BB Top Ações Dual Strategy Fi, BB Sml 1 Fundo De Investimento Em Ações, BB Eco Gold Fundo De Investimento Em Ações, fundos geridos por BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM.

12.5 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	ANA PAULA PINHO CANDELORO
b. data de nascimento	27/08/1965
c. profissão	ADVOGADA
d. CPF ou número do passaporte	103.816.778-77
e. cargo eletivo ocupado	NÃO SE APLICA
f. data de eleição	NÃO SE APLICA
g. data da posse	NÃO SE APLICA
h. prazo do mandato	NÃO SE APLICA
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	NÃO SE APLICA
j. se foi eleito pelo controlador ou não	NÃO SE APLICA
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	NÃO SE APLICA
l. número de mandatos consecutivos	NÃO SE APLICA
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
<ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa 	<ul style="list-style-type: none"> • RB Capital S.A. – mercado financeiro e de capitais

	<ul style="list-style-type: none"> Commerzbank Brasil S.A. – Banco Múltiplo - mercado financeiro e de capitais
<ul style="list-style-type: none"> cargo 	Diretora de Compliance/ Chief Compliance Officer
<ul style="list-style-type: none"> se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor 	NÃO
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Suplente no Conselho Fiscal da Viver Incorporadora S.A.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	NÃO
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	NÃO
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	NÃO SE APLICA
12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	NÃO SE APLICA
12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutário	NÃO SE APLICA
12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	NÃO SE APLICA

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	NÃO SE APLICA
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	NÃO SE APLICA
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	NÃO SE APLICA
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	NÃO SE APLICA
12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	NÃO SE APLICA
b. controlador direto ou indireto do emissor	NÃO SE APLICA
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	NÃO SE APLICA

- ❖ **HELOISA BELOTTI BEDICKS** – Candidata ao cargo de Conselheira Fiscal **suplente** da candidata Ana Paula Pinho Candeloro, indicada por Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil S.A. - PREVI e BB Ações Governança Fi, BB Previdência Ações Ibrx, Fundo De Investimento BB Terra Do Sol Fundo De Investimento Mm Credito Privado, BB Top Ações Exportação Fia, BB Top Ações Infraestrutura Fia, BB Top Ações Setorial Consumo Fi, BB Top Ações Small Caps Fdo De Investimento, BB Top Multi Lp Absoluto Fi Multimercado, Brasilprev Top Plus Fdo De Invest De Ações, BB Top Multi Moderado Lp Fdo De Invest Mult, BB Top Ações Valor Fundo De Inv Em Acoes, BB Top Ações Setorial Siderurgia Fi, BB Top Ações Multisetorial Ativo Fi, BB Top Ações Ibrx Indexado Fi, BB Top Ações Dual Strategy Fi, BB Sml 1 Fundo De Investimento Em Ações, BB Eco Gold Fundo De

Investimento Em Ações, fundos geridos por BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM.

12.5 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	HELOISA BELOTTI BEDICKS
b. data de nascimento	25/08/1960
c. profissão	ECONOMISTA
d. CPF ou número do passaporte	048.601.198-43
e. cargo eletivo ocupado	NÃO SE APLICA
f. data de eleição	NÃO SE APLICA
g. data da posse	NÃO SE APLICA
h. prazo do mandato	NÃO SE APLICA
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	NÃO SE APLICA
j. se foi eleito pelo controlador ou não	NÃO SE APLICA
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	NÃO SE APLICA
l. número de mandatos consecutivos	NÃO SE APLICA
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
<ul style="list-style-type: none"> nome e setor de atividade da empresa 	IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - ONG
<ul style="list-style-type: none"> cargo 	Diretora Geral
<ul style="list-style-type: none"> se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor 	NÃO
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Membro do Comitê de Auditoria do Grupo Mapfre Membro do Conselho Consultivo da Portas Abertas (ONG)

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	NENHUMA
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	NENHUMA
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	NENHUMA
12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	NÃO SE APLICA
12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutário	NÃO SE APLICA
12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	NÃO SE APLICA
12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	NÃO EXISTENTE
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	NÃO EXISTENTE
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	NÃO EXISTENTE
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	NÃO EXISTENTE

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
d. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	NÃO EXISTENTE
b. controlador direto ou indireto do emissor	NÃO EXISTENTE
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	NÃO EXISTENTE

* * * * *